



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**Faculdade de Direito e Relações Internacionais**  
**Curso de Relações Internacionais**

**Greici Cristina Alles**

**A inserção econômica internacional do Brasil**  
**Análise do grau de abertura comercial da economia brasileira entre**  
**2010 e 2018**

**Dourados - MS**  
**Fevereiro 2020**

**Greici Cristina Alles**

**A inserção econômica internacional do Brasil**  
**Análise do grau de abertura comercial da economia brasileira entre**  
**2010 e 2018**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Banca Examinadora da  
Universidade Federal da Grande Dourados,  
como pré-requisito para obtenção do título  
de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador(a): Prof.(a) Dr(a) Adriana  
Kirchof de Brum.

**Dourados - MS**  
**Fevereiro 2020**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

A434i Alles, Greici Cristina

A inserção econômica internacional do Brasil : Análise do grau de abertura comercial da economia brasileira entre 2010 e 2018 [recurso eletrônico] / Greici Cristina Alles. -- 2020.  
Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Adriana Kirchof de Brum.

TCC (Graduação em Relações Internacionais)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2020.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Abertura Comercial. 2. Comércio Internacional. 3. Desenvolvimento Econômico. I. Brum, Adriana Kirchof De. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



## ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 17 de fevereiro de 2020, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, a aluna **Greici Cristina Alves** tendo como título "INSERÇÃO ECONÔMICA INTERNACIONAL DO BRASIL: Análise do grau de abertura comercial da economia brasileira entre 2010 e 2018".

Constituíram a Banca Examinadora os professores Dra. Adriana Kirchof de Brum (orientadora), Dr. Hermes Moreira Junior (examinador) e Dr. Camilo Pereira Carneiro Filho (examinador).


Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado aprovado.


Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: a Banca recomenda que o trabalho seja submetido para publicação.

Assinaturas:

  
**Dra. Adriana Kirchof de Brum**  
Orientadora

  
**Dr. Hermes Moreira Junior**  
Examinador

  
**Dr. Camilo Pereira Carneiro**  
Filho  
Examinador

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus pela vida, por todas as bênçãos e por todo cuidado até aqui. É a certeza em algo maior que nos mantém motivados em momentos difíceis e nos guia e capacita para cada desafio e obstáculo.

Agradeço à minha família, pelo apoio e pelo amor incondicional. À minha mãe, Marlise, pelas inúmeras palavras de carinho e pela imensa empatia ao passar por esse momento de conclusão junto comigo. Ao meu pai Flavio, pelos constantes incentivos, pela incansável confiança em mim e por sempre me encorajar a ir mais longe e a dar o meu melhor. E à minha irmã Vanessa, pelos sorrisos sempre necessários e pelas comemorações compartilhadas após cada pequena vitória.

Agradeço também à minha amiga irmã Joyce, que esteve comigo ao longo de todo o caminho, comemorando as vitórias mesmo de longe. Não teria chegado até aqui sem suas palavras de confiança e apoio.

Agradeço à toda Universidade Federal da Grande Dourados, aos professores maravilhosos que me ensinaram lições valiosas que levarei para sempre e à todas as pessoas incríveis que conheci pelo caminho, amigos e colegas.

Por fim, agradeço de forma especial à minha orientadora, Prof.(a) Dr(a) Adriana Kirchof de Brum, a conclusão desta pesquisa não teria sido possível sem as suas orientações, muito obrigada por toda paciência e pelos valiosos conselhos.

## RESUMO

A atual conjuntura internacional, além de ser marcada por forte globalização, vem fomentando cada vez mais a interdependência e a cooperação. Desta forma, se torna essencial entre si. O Brasil é uma economia emergente ainda muito voltada a produção primária, o que apresenta certos desafios ao seu desenvolvimento econômico e a uma integração econômica internacional estratégica. Assim, o presente trabalho tem por objetivo analisar o grau de abertura comercial da economia brasileira no período entre 2010 e 2018, visando compreender se o país possui uma postura comercial mais voltada às estratégias de protecionismo ou de livre mercado. Busca-se, através de pesquisas qualitativas a respeito do desempenho recente da economia brasileira e de uma análise comparada de suas relações comerciais com as demais economias no mundo, traçar um panorama geral tanto dos desafios e fatores limitadores enfrentados pelo país, quanto de suas potencialidades e oportunidades de inserção no cenário econômico internacional atual.

**Palavras Chave:** Abertura Comercial, Comércio Internacional, Desenvolvimento Econômico

## **ABSTRACT**

The current international economic scenario, besides being marked by strong globalization, has also been promoting more interdependence and cooperation between countries. Therefore, it becomes essential to understand the way different economies insert themselves internationally and the commercial relations between them. Brazil is an emerging economy still very concentrated on primary production, which presents certain challenges to its economic development and to a strategic international economic integration. Thus, this research intends to analyse the degree of commercial openness of the Brazilian economy between 2010 and 2018, aiming to comprehend if the country tends more to protectionism or to the open market strategies. The goal is, through qualitative and quantitative research about the recent development of the Brazilian economy and through a comparative analysis of its trade relations with other economies in the world, to create a general scenario of the current challenges and limitations faced by the country and of its potential and opportunities of integration in the current international economic setting.

**Keywords:** Commercial Openness, International Trade, Economic Development

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa de Crescimento do PIB trimestral brasileiro.....	34
Gráfico 2 - Crescimento do PIB real brasileiro (%) entre 2010 e 2018.....	37
Gráfico 3 - Crescimento do PIB Chinês.....	39
Gráfico 4 - Histórico de exportações brasileiras a China: Soja, Petróleo Bruto e Minério de Ferro (2008-2018).....	40
Gráfico 5 - Desempenho da Economia Global.....	41
Gráfico 6 - Tensões Comerciais Internacionais.....	43
Gráfico 7 - Maiores países exportadores em 2018 (em bilhões de dólares).....	44
Gráfico 8 - Exportações Brasileiras por grupo de produtos, em bilhões de US\$.....	45
Gráfico 9 - Balança comercial brasileira e saldo anual de 1997 a 2017.....	47
Gráfico 10 - Abertura Comercial dos Países da América Latina e Caribe.....	52
Gráfico 11 - Abertura Comercial por Regiões do Mundo.....	53
Gráfico 12 - Grau de abertura comercial de países selecionados em 2017 (em % do PIB).....	54
Gráfico 13 - Taxas de Abertura Comercial (1960 - 2016).....	54
Gráfico 14 - IED confirmado no Brasil por país de origem (em US\$ milhões).....	58
Gráfico 15 - Balança comercial Brasil-Estados Unidos entre 2008-2018.....	61
Gráfico 16 - Balança comercial Brasil-China entre 2008 e 2018.....	63
Gráfico 17 - Balança comercial Brasil-Alemanha entre 2008 e 2018.....	65
Gráfico 18 - Balança comercial Brasil-Argentina entre 2008 e 2018.....	67
Gráfico 19 - Balança comercial Brasil-África do Sul entre 2008 e 2018.....	69



## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Ranking de competitividade de países selecionados.....	46
Figura 2 - Posição competitiva dos 18 países selecionados.....	49
Figura 3 - Top 20 economias receptoras de IDE em 2012.....	56
Figura 4 - Top 20 economias receptoras de IDE em 2017 e 2018.....	57

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Ranking de PIB, Importações e Exportações mundiais de países selecionados....	55
Tabela 2 - Balança comercial dos principais parceiros do Brasil, 2008 e 2017.....	59

## LISTA DE ABREVIATURAS

BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul  
CNI - Confederação Nacional da Indústria  
CODACE - Comitê de Datação do Ciclo Econômico  
COPOM - Comitê de Política Monetária  
BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento  
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe  
DIT - Divisão Internacional do Trabalho  
EUA - Estados Unidos da América  
FGV - Fundação Getulio Vargas  
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos  
FMI - Fundo Monetário Internacional  
GA - Grau de Abertura Comercial  
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano  
IED - Investimento Externo Direto  
IDE - Investimento Direto Estrangeiro  
IOF - Imposto sobre Operações Financeiras  
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados  
MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio  
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul  
NAFTA - Tratado Norte-Americano de Livre Comércio  
NME - Nova Matriz Econômica  
OMC - Organização Mundial do Comércio  
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento  
PDP - Política de Desenvolvimento Produtivo  
PEC - Proposta de Emenda Constitucional  
PIB - Produto Interno Bruto  
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PSI - Programa de Sustentação do Investimento  
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
TCU - Tribunal de Contas da União  
WITS – World Integrated Trade System

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2. CAPÍTULO 1: REVISÃO TEÓRICA.....</b>	<b>13</b>
2.1. Globalização e Abertura Comercial.....	13
2.2. Desenvolvimento Econômico.....	22
2.2.1. Desenvolvimento na visão Cepalina.....	25
<b>3. CAPÍTULO 2: ANÁLISE DA ECONOMIA BRASILEIRA: SUAS CARACTERÍSTICAS E INFLUÊNCIAS.....</b>	<b>32</b>
3.1. O desempenho interno da economia brasileira entre 2010 e 2018.....	32
3.2. O impacto do cenário internacional na economia brasileira.....	38
3.3. Características das exportações e importações brasileiras .....	44
<b>4. CAPÍTULO 3: O GRAU DE ABERTURA COMERCIAL BRASILEIRO E SUAS CARACTERÍSTICAS.....</b>	<b>51</b>
4.1. Abertura comercial e integração econômica em uma análise comparada.....	51
4.2. Investimentos externos e firmas exportadoras.....	56
4.3. Principais parceiros comerciais do Brasil.....	59
4.3.1. Brasil e Estados Unidos.....	60
4.3.2. Brasil e China.....	62
4.3.3. Brasil e Alemanha.....	64
4.3.4. Brasil e Argentina.....	66
4.3.5. Brasil e África do Sul.....	68
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>71</b>
<b>REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>74</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A interdependência econômica esta presente, hoje, na agenda de muitos países, seja por meio de auxílio econômico, fluxo de comércio, investimento ou integração regional, assim, no contexto atual de globalização e capitalismo, a análise da importância da inserção econômica internacional de cada país se torna cada vez mais relevante. Existem muitas discussões dentro da literatura do crescimento econômico acerca dos benefícios e malefícios da abertura comercial e qual seu real impacto no desenvolvimento econômico. Ao fazer tal análise, é preciso levar em consideração as particularidades de cada país e, principalmente, as disparidades do sistema internacional, que é pautado por acentuadas desigualdades econômico entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Nesse contexto, a postura do Brasil perante o sistema internacional passou por inúmeras mudanças nas últimas décadas. Desde períodos de maior investimento na indústria nacional, até períodos de alta priorização do comércio externo e cooperação econômica regional e extra-regional. O Brasil integra o grupo de países considerados “periféricos” do sistema internacional, o que acarreta em muitas limitações quando comparado aos países “centrais”, desde falta de infra-estrutura e acesso a tecnologia até a baixa especialização da mão de obra e pauta produtiva primária. Frente a tais obstáculos, diversos autores defendem que maior protecionismo e fomento da indústria interna devem ser as estratégias adotadas para potencializar o crescimento destes países, enquanto outros defendem que a abertura comercial e a integração econômica são essenciais para impulsionar a competitividade e produtividade dos países periféricos.

Analisar a postura de inserção econômica internacional adotada pelo Brasil nos últimos anos é primordial para compreender quais as limitações ainda enfrentadas pelo país e quais suas dificuldades de inserção, bem como as oportunidades e potencialidades existentes. Assim, a presente pesquisa se atém a uma análise temporal entre os anos de 2010 e 2018, de forma a identificar o grau de abertura comercial da economia brasileira. Tal análise é feita a partir das políticas econômicas adotadas no período, as influências do setor externo e a comparação da inserção econômica externa brasileira frente a seus parceiros comerciais e demais regiões do mundo.

O objetivo central da pesquisa é compreender como se deu a inserção econômica internacional do Brasil entre 2010 e 2018. De forma mais específica, no primeiro capítulo

busca-se fazer um apanhado geral dos conceitos teóricos relevantes para a pesquisa, desde a análise do fenômeno da globalização, interdependência e abertura comercial até os debates acerca do desenvolvimento econômico da escola Cepalina, para que se evidenciem as diferentes visões acerca da abertura comercial e inserção internacional. Ademais, no segundo capítulo, faz-se uma análise do comportamento da economia brasileira nesse período, destacando quais as políticas econômicas adotadas e seus objetivos, a influência do comércio internacional e como este direcionou a postura brasileira e as características do comércio externo do país, visando compreender se houve aumento ou diminuição das exportações e importações e qual o teor tecnológico das mesmas.

Por fim, no último capítulo, busca-se, primeiramente, analisar o grau de abertura comercial do país em comparação com as demais regiões e países do mundo, salientando sua posição dentro da América Latina. Também analisa-se como o país se insere no que tange o recebimento de investimentos externos e como se dá o atual desempenho de suas firmas exportadoras, de forma a evidenciar o atual grau de competitividade e produtividade da indústria. Finalmente, faz-se uma comparação de como o Brasil se relaciona comercialmente com seus principais parceiros comerciais, verificando a balança comercial entre os países, os acordos de cooperação e semelhanças econômicas, de forma a compreender qual o caráter de cada relação comercial mantida, diferenciando, em especial, os países desenvolvidos dos emergentes.

O método empregado para o desenvolvimento da revisão bibliográfica foi a pesquisa descritiva, buscando apresentar os conceitos e definições necessárias para o entendimento do universo analisado. Para os demais capítulos, tanto a pesquisa quantitativa e qualitativa foram empregadas na coleta e análise de dados que embasam os argumentos chave do trabalho.

A hipótese principal é de que o Brasil, apesar dos investimentos em exportação e cooperação internacional, ainda possui uma inserção econômica externa superficial e limitada, devido especialmente a sua exportação majoritariamente primária. Por não dispor de tecnologia de ponta, inovações e mão de obra especializada, a produção brasileira acaba perdendo dinamismo e conseqüentemente competitividade, o que afeta seu potencial de inserção econômica internacional.

A relevância da pesquisa é clara no que tange a melhor compreensão da relação entre a abertura comercial brasileira e seu desenvolvimento econômico, para que se possa compreender tanto as limitações quanto às oportunidades existentes para a economia brasileira e como esta pode tornar sua economia mais competitiva, dinâmica e produtiva de forma a atrair mais investimentos, fomentar a indústria nacional e usufruir do comércio

externo. Além do mais, compreender quais os fatores impulsionadores e limitadores do desenvolvimento é fundamental para que nós, cidadãos brasileiros possamos entender o papel do Brasil enquanto *player* regional e extra-regional, e como sua postura frente ao cenário internacional impacta o desempenho interno.

## **2. REVISÃO TEÓRICA**

Para qualquer tema a ser analisado, é imprescindível que primeiramente o arcabouço teórico e factual que o permeiam seja compreendido. Assim, para entender a realidade da economia brasileira, seu desempenho e comportamento recentes e sua postura frente ao cenário internacional, é necessário entender os conceitos e debates acerca dos processos que culminaram no cenário atual.

A proposta deste capítulo de revisão teórica é analisar a literatura existente acerca da globalização e do desenvolvimento econômico. No que tange a globalização, o conceito será analisado em relação a evolução do sistema capitalista as conseqüentes divisões e assimetrias do sistema internacional. Quanto ao desenvolvimento econômico, serão analisadas as diversas correntes teóricas acerca do tema, com enfoque especial na escola Cepalina.

### **2.1. Globalização e abertura comercial**

Existem diversas correntes teóricas que discorrem hoje sobre o fenômeno da globalização, com afirmações que por ora se complementam por ora se confrontam. O fato é que hoje a globalização é um fenômeno amplamente difundido e conhecido e seus impactos, sejam eles negativos ou positivos, podem ser percebidos em todos os setores da sociedade, nacional ou internacional. O avanço da interdependência seja ela social, econômica, política ou ambiental, representou uma ruptura nos modos de pensar, agir e analisar o mundo. Segundo Ianni (1996) o fenômeno da globalização:

Permite esclarecer não só as condições sob as quais se forma a sociedade global, mas também os desafios que se criam para as sociedades nacionais. Os horizontes que se descortinam com a globalização, em termos de integração e fragmentação, podem abrir novas perspectivas para a interpretação do presente, a releitura do passado e a imaginação do futuro. (IANNI,1996, p.ix)

Assim, segundo o autor, a globalização implica na interconexão entre diversos atores em diferentes esferas sociais que possuem perspectivas distintas, logo, essa ampla diversidade acaba conferindo certo grau de complexidade a análise e compreensão do mundo. O sistema internacional já não pode mais ser analisado somente como um conjunto de estados e suas relações políticas e econômicas, assim como o indivíduo não se restringe mais a um ser



singular ou pertencente a um único grupo, classe ou povo. De acordo com Ianni (1996), o mundo, atualmente, é configurado por uma sociedade global que evolui e se transforma a partir dos movimentos de globalização.

A partir da idéia da existência de uma sociedade global, diversos autores passaram a usar metáforas e termos para facilitar o entendimento dessa nova configuração mundial, como “sistema-mundo” “transnacionalização” “aldeia global”, “economia-mundo”, “fábrica global”, “desterritorialização” entre outros. Cada termo ou metáfora dá prioridade a uma faceta diferente da globalização, buscando mostrar como o fenômeno está presente em todas as esferas da sociedade, não só política e econômica, mas também social, cultural e ambiental.

De uma perspectiva histórica, os primeiros movimentos de globalização originaram-se na mesma época do nascimento do capitalismo, ou seja, entre os séculos XV e XVI na passagem para a Idade Moderna. O fenômeno teve início com as grandes navegações e os movimentos de expansão da Europa que marcaram o início do entrelaçamento da economia mundial. No entanto, por mais que já existissem movimentos globais, o conceito ‘globalização’ passou a ser amplamente usado e difundido apenas na segunda metade do século XX, com mais ênfase a partir dos anos 1980 com a ampliação das ondas de neoliberalismo econômico e abertura comercial.

A globalização e o capitalismo sempre andaram em paralelo, tanto que se pode colocar a primeira como uma faceta da segunda. A característica central do capitalismo é a busca do aumento da capacidade de acumulação e reprodução do capital, com o objetivo de otimizar a produtividade e lucratividade. David Ricardo, um dos teóricos economistas mais relevantes do século XIX afirma que o desenvolvimento econômico depende da acumulação de capital, ou seja, da capacidade do país de gerar lucro. Os lucros podem ser maximizados a partir do aumento da produtividade. Para Ricardo, os países se tornam mais eficientes e produtivos se voltarem sua economia para aqueles setores em que possuem vantagens comparativas e importarem de outros países as mercadorias cujo custo de produção é alto, de forma a suprir a demanda nacional.

A teoria das vantagens comparativas de David Ricardo representou um avanço importante frente à teoria clássica de Adam Smith das Vantagens Absolutas. Smith (1776) afirmava que nenhum indivíduo (ou país) consegue ser auto-suficiente na satisfação de todas suas demandas, logo, há uma propensão humana as trocas. Alguns países poderiam ser mais eficientes na produção de certas mercadorias, logo, cada país deveria focar na produção dos bens nos quais possuem maior habilidade ou disposição de recursos, o que acarreta em maior

produtividade. Em outras palavras, cada país deve especializar-se no setor em que possui vantagens absolutas, ou seja, aqueles cuja produção é mais lucrativa do que a importação.

A teoria de Smith lançou as bases para as vantagens do comércio internacional. As limitações produtivas de cada país fazem com que cresça a necessidade de buscar as trocas externas e em contrapartida cada país é capaz de oferecer sua mercadoria a um custo inferior ao dos concorrentes visto que sua produção é eficiente, assim, o comércio internacional pode gerar ganhos mútuos a todos os agentes.

A Teoria das Vantagens Absolutas, no entanto, não está livre de falhas, ela pressupõe um sistema de concorrência perfeita, distribuição igualitária de fatores de produção e distribuição simétrica de vantagens para todos os países. David Ricardo (1817) reconheceu essas falhas e aperfeiçoou a teoria de Smith com a Teoria das Vantagens Comparativas. Ricardo defende que mesmo que um país possua vantagens absolutas na produção de todas as mercadorias, ainda é possível que haja comércio internacional e que este beneficie ambas as partes. A vantagem dependerá das condições produtivas internas, ou seja, é preciso considerar os custos e oportunidades existentes em cada país em comparação com os demais para então especializar-se no setor que, comparativamente, apresenta maior vantagem. Assim como a teoria de Smith, a Teoria das Vantagens Comparativas de Ricardo apoia o desenvolvimento do comércio internacional.

A partir da Teoria de Ricardo, Michael Porter (1999) traz uma nova ótica para a análise das vantagens comparativas dos países. “A prosperidade nacional não emana dos dotes naturais de um país, de sua força de trabalho, das taxas de juros ou do valor da moeda, como insistem os economistas clássicos.” (PORTER, 1999, p.167). A competitividade do país, para Porter, está na capacidade inovadora de suas indústrias e no quanto elas conseguem melhorar e atingir uma posição de vantagem frente à concorrência. Enquanto o centro da análise de Ricardo está na disposição de fatores de produção de cada país, a de Porter se concentra na capacidade do país em gerar e aprimorar esses fatores, tornando-os mais eficientes e inovadores.

Segundo Porter (1999), a produtividade nacional de um país está intrinsecamente ligada a sua competitividade. A partir da alta produtividade, o país poderá garantir um alto padrão de vida, maior qualidade de produtos e serviços e maior geração de renda per capita. Ao buscar aumentar sua produtividade o país deve estar em constante aprimoramento, o que leva-o a tornar-se mais competitivo. A competitividade internacional fomentada pelo capitalismo força as indústrias a se renovarem constantemente, buscando maior produtividade, qualidade, tecnologia e complexidade.

O pensamento de Porter se identifica com o de David Ricardo quando afirma que os países possuem maior vantagem competitiva em determinados setores em detrimento de outros. De acordo com Porter (1999), nenhum país consegue ser competitivo em todos os setores, nem mesmo as grandes potências como Estados Unidos, Japão ou Alemanha. Dessa forma, o comércio internacional apresenta as vantagens necessárias para suprir as demandas nacionais e fortalecer os setores especializados.

No entanto, Porter (1999) aponta também para as desvantagens trazidas pelo comércio internacional para a produtividade. Ao se inserir no mercado internacional, os setores econômicos precisam ter produtividade mais elevada do que todos os concorrentes do sistema, para compensar sua vantagem e continuar sua produção. Se a competitividade do país não for suficiente, sua prosperidade nacional estará ameaçada.

Porter (1999) contraria os economistas clássicos, incluindo Ricardo, ao afirmar que a vantagem competitiva de determinados setores não advém dos fatores de produção (terra, mão-de-obra e recursos naturais). Na atual economia globalizada, as empresas dependem de estratégias globais que garantam sua competitividade e também de investimentos externos que possibilitem as inovações. Aqui, Porter transcende a teoria de Ricardo ao afirmar que o ponto central de análise deve ser a vantagem competitiva e não apenas comparativa dos países, devendo-se entender o porquê de determinados países serem mais inovadores, usarem de maior tecnologia ou possuírem um parque industrial mais favorável ao rápido crescimento.

A necessidade de especialização da produção proposta pelos economistas clássicos abre espaço para críticas acerca da geração de desigualdade internacional. A especialização dos países nos setores em que possuem vantagem comparativa leva a fragmentação da produção, visto que cada país ficará responsável por uma parte do processo de produção da mercadoria final. Para os economistas clássicos, como Smith e Ricardo essa fragmentação leva ao crescimento econômico, pois aumenta a produtividade e o progresso técnico dos países, estimulando sua competitividade internacional.

No entanto, em longo prazo, essa fragmentação torna a distribuição de ganhos desigual, especialmente entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos. Países subdesenvolvidos tendem a possuir maior oferta de mão de obra barata e matéria prima e menor oferta de tecnologia e capital, logo, irão se especializar em setores primários, ou seja, majoritariamente na produção de *commodities*, que demanda menor capacitação tecnológica e especialização da mão de obra. Tais países se tornam “fábricas” atraentes para os países desenvolvidos, que irão focar em setores de alta tecnologia, visto que dispõem do capital

necessário e de mão de obra especializada para transformar os bens primários produzidos pelos países subdesenvolvidos em manufaturas de alto valor agregado.

Essa fragmentação da produção é chamada Divisão Internacional do Trabalho (DIT). O conceito existe abstratamente desde o início do capitalismo, com a dicotomia metrópole *versus* colônia, mas se desenvolveu realmente nos últimos dois séculos, com o avanço do capitalismo globalizado, que acentuou a assimetria norte *versus* sul do mundo, também chamada de centro *versus* periferia. Pochmann (1997) sintetiza essa dicotomia:

O centro da economia mundial representa o lócus do poder de comando, sendo predominantes as atividades de controle do excedente das cadeias produtivas, bem como de produção e difusão de novas tecnologias. A periferia assume, entretanto, um papel secundário na estrutura de poder mundial, sendo lócus subordinado na apropriação do excedente econômico e dependente na geração e absorção tecnológica. (POCHMANN, 1997, p. 4)

A Divisão Internacional do Trabalho se baseia na mesma premissa de Smith e Ricardo, de que o progresso técnico é distribuído de forma equitativa em todo o sistema e os países periféricos se beneficiam do comércio internacional na mesma proporção que o centro. Porém, segundo Prebisch (2000), a própria realidade desmente esse argumento, visto o tamanho da assimetria, tanto econômica quanto social entre centro e periferia. Assim, a DIT agrava as já existentes desigualdades do sistema internacional, pois dificulta o avanço econômico da periferia que acaba se tornando ‘supridora’ de matéria prima para o centro e fica presa nesse ciclo de subdesenvolvimento contínuo.

A evolução histórica da Divisão Internacional do Trabalho pode ser dividida em três grandes ondas. A primeira ocorreu a partir da primeira revolução industrial no século XVIII, que alavancou a Inglaterra como potência econômica da época e centro da produção industrializada, criando uma dicotomia de centro x periferia com o resto do mundo. A segunda onda ocorreu no século XX, mais especificamente após a Segunda Guerra Mundial, com a ascensão dos Estados Unidos como potência hegemônica capitalista. A partir de então houve um distanciamento entre a economia americana central e desenvolvida e o restante dos países. Essa onda consolidou o aparecimento das chamadas economias ‘semiperiféricas’, ou seja, economias de industrialização parcial, que não estão no centro, mas que durante certo período apresentaram condições econômicas satisfatórias, com destaque aqui para países como Brasil e os chamados Tigres Asiáticos.

A terceira onda acontece a partir da crescente transnacionalização da economia. Há um aumento significativo do papel das empresas transnacionais e do fluxo de IED entre economias nas últimas décadas. A partir dos anos 1980 o comércio internacional passa por um processo de desregulamentação e, segundo Pochmann (1997), as grandes corporações multinacionais ganham maior autonomia para explorar novas oportunidades de investimento.

A maior parte desses investimentos acontece através da abertura de novas plantas produtivas e filiais que transferem parte da sua produção para países periféricos onde há maior oferta de mão de obra barata, o que torna a produção mais lucrativa. Esse processo agrava o *gap* de desigualdade, pois além de utilizar dos recursos, energia e mão de obra dos países periféricos, a maior parte da produção e do lucro gerado fica concentrada nas matrizes, ou seja, nos países centrais. Segundo Pochmann (1997) a nova Divisão Internacional do Trabalho tem representado uma oportunidade para maior concentração dos postos de trabalho não-qualificados na periferia, com diminuição dos empregos de qualidade e aumento da má distribuição de renda.

Enquanto os países ricos possuem 30% das ocupações mais expostas à concorrência internacional (indústria e agropecuária), os países pobres têm 70% das ocupações concentradas nos setores primários e secundários, que são mais objeto de competição mundial. Por conta disso, são justamente os trabalhadores dos países periféricos e semiperiféricos os que sofrem mais diretamente os efeitos deletérios da globalização, decorrente da liberalização comercial e da desregulamentação do mercado de trabalho, sem constrangimentos por parte das políticas macroeconômicas e sociais nacionais (POCHMANN, 1997, p.16).

Como vimos, a terceira onda da Divisão Internacional do Trabalho é consequência direta da globalização e do avanço do capitalismo. Nos anos 1980, com o fim da Guerra Fria e conseqüentemente do socialismo, o capitalismo atingiu seu ápice, se tornando o modelo hegemônico de economia. De forma geral, o Estado perdeu força nas economias, cresceu a desregulamentação dos mercados, a liberalização comercial e a autonomia das grandes corporações e empresas transnacionais.

Economistas clássicos, como Smith e Ricardo sempre defenderam as vantagens do comércio internacional baseando-se na possibilidade de ganhos mútuos, porém, a assimetria existente no sistema internacional, especialmente entre centro e periferia, levou autores como

Raúl Prebisch (e outros da escola Cepalina) a criticarem o modelo capitalista liberal e desregulamentado, que prejudica o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos. Prebisch afirma que as desigualdades econômicas são provenientes da estrutura capitalista internacional que funciona em um sistema de concorrência imperfeita, favorecendo os países desenvolvidos em detrimento dos países menos desenvolvidos.

Assim, cresce o debate acerca do impacto real da abertura comercial para o crescimento econômico. O grau de abertura comercial é calculado pela soma do total de importações e exportações de bens e serviços divididos pelo PIB nacional totais. Se o montante final for alto, conseqüentemente o grau de abertura do país será alto também, visto que possui maior inserção no comércio exterior. Se o grau de abertura comercial for baixo, os países são considerados fechados ou protecionistas.

Alguns autores defendem que os países periféricos deveriam investir em políticas de desenvolvimento nacional, que fomentam sua industrialização doméstica através da produção local. A adoção de políticas de substituição de importações nesses países seria uma estratégia viável, visto que o fortalecimento da indústria doméstica seria um meio de proteger a indústria em crescimento e diminuir a vulnerabilidade externa por meio da redução da dependência de importações.

Segundo Baumann (2015), a substituição de importações é a promoção, no mercado interno de uma economia, da capacidade de oferta de itens anteriormente conseguidos através do comércio externo. No entanto, o próprio autor explica que essa estratégia requer um “grau expressivo de proteção em relação a concorrência de produtos importados, seja através de barreiras comerciais, seja por preços relativos que encarecem os produtos importados em relação aos seus concorrentes nacionais, estimulando os produtores locais. Logo, os países subdesenvolvidos não conseguem aderir a essa estratégia de forma satisfatória pois sua força econômica é limitada e não há grande disponibilidade de tecnologia para empregar no processo produtivo, logo, a melhor estratégia é o estímulo a abertura comercial e o incentivo ao investimento.

Não há um consenso entre os autores na literatura econômica acerca do grau de impacto da abertura comercial para o crescimento econômico. O economista chileno Sebastian Edwards (1991) buscou explicar o crescimento em países em desenvolvimento utilizando o modelo endógeno de crescimento. De acordo com Leite (2005), o modelo endógeno de crescimento foi idealizado e revolucionado por Paul Romer (1986) e se baseia na explicação do crescimento econômico a partir de forças internas da economia, contrariando os modelos neoclássicos que atribuem o crescimento econômico a fatores externos. Nesse

modelo, fatores como inovação tecnológica interna, capital humano, aparatos institucionais e investimentos em educação, tecnologia e pesquisa exercem papel central no crescimento da renda per capita e do desenvolvimento econômico.

Com base no modelo endógeno de crescimento, Edwards cruzou dados entre vários países para analisar a relação entre a orientação do comércio, suas distorções e o crescimento em pequenos países em desenvolvimento. Sua conclusão final foi que países que liberalizaram seu comércio e se tornaram mais abertos tenderam a crescer mais rapidamente, visto que a abertura possibilitou maior acesso a tecnologia e inovação que aperfeiçoaram os investimentos em educação, especialização e pesquisa.

Segundo Ann Harrison (1996), os novos modelos de crescimento econômico (como o proposto por Edwards) sugerem que a política comercial afeta o crescimento em longo prazo através de seu impacto em tecnologia. Nesses modelos, a abertura comercial possibilita o acesso a insumos importados, que contêm nova tecnologia, aumenta o tamanho efetivo do mercado para os produtores, o que aumenta o retorno em inovação e afeta positivamente a especialização do país na produção intensiva em pesquisa. Harrison afirma que estudos microeconômicos mostram que há uma relação positiva entre o aumento de exportações e o crescimento da produtividade, porém, há uma relação negativa entre importações e o crescimento da produtividade. Tal relação pode ser explicada pela tendência dos países em investir na produção daquilo em que possuem vantagem comparativa e importar aquilo que não é lucrativo produzir em território nacional.

Romain Wacziarg (1998) discorre acerca dos benefícios da abertura comercial expostos ao longo dos anos pela literatura, como: *spillovers* tecnológicos, transmissão internacional de conhecimento como fonte de crescimento econômico, maior facilidade de obter eficiência alocativa, mesmo com fatores de produção inflexíveis, aumento da especialização a partir da produção segundo as vantagens comparativas e ganho de eficiência resultante da maior competitividade advinda da interação com um maior número de economias de escala.

Há diversas óticas pelas quais podemos tentar entender o impacto da abertura comercial no crescimento. Por exemplo, ao analisar o grau de abertura comercial ótimo para cada economia, deve-se levar em conta diversos fatores variáveis, como o desenvolvimento histórico de cada país e suas características inerentes. Países de maior dimensão territorial, como o Brasil, tendem a dispor de maior quantidade de mão de obra e recursos naturais, o que possibilita o desenvolvimento de um parque industrial de dimensões consideráveis, aumentando o peso da produção nacional versus a entrada de produtos internacionais, logo, é

natural que tais países tenham um grau de abertura comercial menor do que países menores territorialmente.

A abertura comercial em países periféricos não é tema de consenso entre economistas e teóricos, tendo passado por diversos períodos de aceitação e refutação. Na América Latina, o processo de abertura comercial vem ocorrendo de forma lenta nas últimas décadas. A partir de 1990, no entanto, foi adotado um novo modelo econômico, influenciado pela onda de neoliberalismo nos países centrais e pelos conselhos do Consenso de Washington.

Um novo modelo de funcionamento dos mercados e das instituições formou-se na região, afetando profundamente o ritmo de crescimento do produto bruto e da produtividade de fatores, bem como a capacidade da economia de gerar novos postos de trabalho, a competitividade internacional, o desenvolvimento de capacidades tecnológicas domésticas no seio do aparelho produtivo e a equidade com que os benefícios da transição para um modelo mais aberto e desregulado de organização distribuíram-se entre diferentes grupos da sociedade (KATZ, 2007, pp. 167-168).

As reformas estruturais adotadas a partir do Consenso de Washington transformaram por completo os processos produtivos da região. Eram propostas orientadas ao mercado e baseadas na abertura comercial, privatização, liberalização da economia e Estado neutro. Por um tempo, devido à alta demanda mundial e os altos preços das *commodities*, o novo modelo liberal deixou a América Latina em uma situação econômica estável e promissora. As reformas auxiliaram na gestão macroeconômica de recursos e da produção e fomentaram a competitividade internacional da região.

Porém, em longo prazo, é possível perceber que a inserção da América Latina na economia global foi periférica e deficiente e criou na região uma forte dependência do comércio externo, agravando a vulnerabilidade, a heterogeneidade social interna e a concentração de renda. A região deixou de atuar como abastecedora interna, criando um *gap* significativo entre produtividade e renda.

Para Jorge Katz (2007) as reformas levaram a um processo Schumpeteriano de destruição criativa, alguns setores foram privilegiados enquanto outros desapareceram da economia, fazendo crescer a desigualdade interna. Katz afirma que a América Latina carece de boa governabilidade, ou seja, de estratégias de crescimento guiadas por um Estado



coordenador, como aconteceu na China e em Taiwan, por exemplo, que guiasse a manutenção do crescimento e da competitividade internacional.

## **2.2. Desenvolvimento Econômico**

Desenvolvimento econômico é um tema que emergiu somente no século XX. Antes disso a preocupação central dos Estados era a busca de ampliação do poder e garantia da segurança e sobrevivência, não havendo espaço para preocupações com crescimento econômico ou bem estar social. Apenas com os avanços do capitalismo no século passado, a partir da passagem para a Idade Moderna, com a expansão econômica propiciada pelo nascimento do capitalismo, foi possível começar a pensar novos objetivos de desenvolvimento para além do campo militar.

Diversos autores da literatura econômica discorreram acerca do crescimento econômico dos países, analisando os processos, os fatores determinantes e os atores envolvidos. Adam Smith foi um dos precursores do tema crescimento econômico, seus modelos focaram em analisar o processo de geração de riqueza nacional que, segundo ele, acontece através do trabalho produtivo, ou seja, do trabalho que produz excedente. Para Smith, o mercado possui capacidades autorreguladoras, logo, deve funcionar de forma autônoma, sem a intervenção do Estado. Não deve haver bloqueios ao desenvolvimento, a liberdade individual, acumulação de capital ou expansão de empregos, que são essenciais ao bom funcionamento do capitalismo.

John Keynes, importante teórico do século XIX, criticou a visão clássica da economia. Para os economistas clássicos, não havia possibilidade de desequilíbrio entre oferta e demanda, pois a produção e o consumo aumentariam proporcionalmente segundo a Lei de Say (a oferta gera a demanda). A economia seria guiada pelo individualismo e os recursos seriam alocados de modo eficiente pela “mão invisível” do mercado. A crítica de Keynes é de que as pessoas não gastam todo seu dinheiro ou o investem necessariamente, mas guardam uma parcela, o que impede o equilíbrio perfeito e o alcance do “pleno emprego”. A crise de 1929 provou esse cenário, a produção acelerada dos países desenvolvidos durante a década de 1920 não gerou uma demanda correspondente, levando a uma crise de superprodução. Isso reforçou a teoria de Keynes, provando a inaplicabilidade da Lei de Say e a incapacidade do mercado de se autorregular. (SOUZA, 1993).

Há ainda a visão de Joseph Schumpeter, que afirma que a economia move-se em uma trajetória cíclica: existem períodos de prosperidade e depressão. A economia cresce quando há

entrada de inovações por parte dos empresários e adesão a novos processos de produção mais eficientes e declina quando tais inovações atingem um nível muito baixo.

O boom termina e a depressão começa após a passagem do tempo que deve transcorrer antes que os produtos dos novos empreendimentos possam aparecer no mercado. E um novo boom se sucede a depressão, quando o processo de reabsorção das inovações estiver terminado (SCHUMPETER, 1982, p. 142, apud SOUZA, 1993, p. 136).

Fala-se de uma trajetória cíclica, pois, segundo Schumpeter (1982), as causas das crises se encontram na própria fase ascendente. Segundo Souza (1993) a entrada de inovações gera aumento da demanda e dos gastos, fazendo com que os novos produtos concorrem com produtos antigos. A concorrência leva a queda de preços dos produtos finais, aumentando o custo de produção, o que pode acarretar em crise.

Schumpeter (1982) descreve o desenvolvimento econômico como um processo evolucionário. A entrada e expansão das inovações na economia podem levar ao desaparecimento de firmas, produtos ou segmentos antigos, não inovadores, gerando um processo que Schumpeter denomina de *destruição criadora*. “O processo de seleção natural das empresas mais eficientes que melhor se adaptam a seu ambiente, que é o mercado, é uma característica da economia moderna.”(SOUZA, 1993, p.146) Os agentes econômicos precisam estar em constante processo de adaptação e reinvenção, de modo a acompanhar as mudanças e avanços do capitalismo. Sempre haverá agentes com processos mais eficientes ou produtos mais inovadores e sua sobrevivência no mercado dependem da capacidade de dinamização interna para acompanhar a concorrência

Como pode ser percebido pelos argumentos de Smith, Ricardo, Keynes, Schumpeter e diversos outros economistas clássicos, desde seu surgimento, o conceito de desenvolvimento sempre esteve atrelado ao crescimento econômico, analisado por fatores como produção e capacidade de geração e distribuição de renda de um país. Um país com crescimento econômico satisfatório seria automaticamente desenvolvido. Porém, nas últimas décadas o campo das Relações Internacionais tornou-se mais amplo, abrindo espaço para discussões acerca de temas voltados ao meio ambiente, educação, direitos humanos, saúde, etc.

A nova emergência de pautas colocou em foco a necessidade de repensar o conceito de desenvolvimento e abrangê-lo para outros campos. Os chamados *economistas do desenvolvimento*, como Furtado, Prebisch e outros de corrente cepalina e marxista defendem

que “o desenvolvimento econômico implica mudança de estruturas econômicas, sociais, políticas e institucionais” (SOUZA, 1993, p. 6). Veremos mais a fundo seus argumentos no tópico posterior.

Por mais que a economia de um país esteja crescendo a taxas razoáveis, ele ainda pode apresentar altas taxas de desemprego, analfabetismo, concentração de renda, entre outros fatores enquadrados em países “subdesenvolvidos”. Logo, a qualificação do desenvolvimento de um país deve levar em conta, além dos fatores econômicos, fatores sociais. Hoje, os indicadores de desenvolvimento podem ser sumarizados pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), organizado pelo PNUD, que mede o desenvolvimento dos países a partir de três aspectos: longevidade (expectativa de vida), educação (taxa de alfabetização e taxa de matrículas) e nível de renda (PIB per capita).

A questão do desenvolvimento econômico fica muito evidente com a Divisão Internacional do Trabalho, que classifica os países em centro e periferia de acordo com suas capacidades produtivas. Países subdesenvolvidos apresentam uma economia primária, baixa capacitação da mão de obra e altos graus de concentração de renda e conseqüentemente de pobreza e marginalidade. No âmbito social, esses países possuem taxas altas de analfabetismo e a expectativa de vida da população tende a ser mais baixa.

Segundo Souza (1993), a estrutura de uma economia subdesenvolvida se divide em três setores: de subsistência, de mercado interno e de mercado externo. O setor de subsistência é composto de latifúndios e minifúndios, usualmente de baixa produtividade e tecnologia, e podem englobar também os serviços informais do setor terciário. O setor interno é formado pelas atividades de suprimento das demandas da população e setor externo compreende o comércio exterior e a produção especializada para exportação.

Durante o processo de desenvolvimento, há um crescimento da economia de mercado voltada ao setor interno e as exportações, em detrimento da economia de subsistência, que acaba perdendo espaço. A expansão do mercado interno é vantajosa, especialmente pela sua relação com o setor agrícola, que exporta *commodities* e apresenta superávit da balança comercial, possibilitando o investimento em progresso técnico e capacitação. Assim, se o país é capaz de dinamizar sua economia, evitar crises e há demanda internacional de produtos primários, uma inserção internacional vantajosa é possível.

A implementação de políticas de substituição de importações e a dinamização da base exportadora são essenciais ao desenvolvimento, pois permite que o país produza nacionalmente produtos que antes eram importados, de forma a fortalecer a indústria doméstica, diminuindo sua vulnerabilidade às oscilações externas. Para Souza (1993), a base

exportadora é a causa do crescimento das economias subdesenvolvidas. Países subdesenvolvidos apresentam uma base exportadora pouco dinâmica, muitas vezes dualista, e instável.

Em suma, a dinâmica de expansão de uma economia em desenvolvimento dependerá, em última análise, do ritmo de crescimento de suas exportações (determinada principalmente por sua produtividade e competitividade), do grau de integração das cadeias produtivas internas, da estrutura interna de distribuição de renda e da eliminação dos estrangulamentos do desenvolvimento econômico (SOUZA, 1993, p. 23).

Diversas teorias surgiram para analisar e entender o processo de desenvolvimento. Segundo Souza (1993), tanto a teoria imperialista quanto a teoria da dependência defendem que as economias “pobres” só poderiam se desenvolver se quebrassem os vínculos coloniais com os países ricos, pois tais vínculos reforçavam as trocas assimétricas, os ganhos desiguais e a perpetuação do *status quo* de desigualdade. “Embora essas teorias sejam passíveis de críticas, verificou-se que, de fato, o principal entrave ao desenvolvimento era de natureza política, pois se reservava aos países pobres uma posição subalterna no contexto da divisão internacional do trabalho.” (SOUZA, 1993, p. 3)

Ao se darem conta desse cenário econômico internacional, diversos economistas de países subdesenvolvidos elaboraram, na década de 50, planos de desenvolvimento nacional para suas economias. Na América Latina, a precursora desses movimentos foi a CEPAL. Os economistas cepalinos criticaram duramente o modelo econômico da Divisão Internacional do Trabalho, pois perpetuava o subdesenvolvimento da região.

### **2.2.1. Desenvolvimento na Visão Cepalina**

Como visto no tópico anterior, a globalização e o avanço do capitalismo reforçaram a criação de uma dinâmica internacional baseada na DIT, separando o mundo entre centro e periferia. Essa nova dinâmica, segundo autores como Octavio Rodríguez (2007), gerou crises econômicas nos países periféricos, que levaram analistas desenvolvimentistas, em especial da escola cepalina, como Raúl Prebisch e Celso Furtado a analisarem os desafios dos países subdesenvolvidos a partir de uma perspectiva estruturalista e pensarem novas estratégias voltadas ao seu desenvolvimento nacional. Tais estratégias deveriam ser autocentradas,

guiadas pelo Estado e focadas em reafirmar os valores morais e éticos de uma sociedade não material (visto que o capitalismo neoliberal é pautado pela acumulação de capital).

Para Furtado (2000), o conceito de desenvolvimento é usado hoje com dois sentidos distintos. O primeiro atrela o desenvolvimento econômico ao aumento da produtividade, ou seja, ao uso mais eficaz das técnicas de produção, sendo esta versão similar à defendida por Michael Porter na análise das vantagens competitivas dos países (ver tópico 1.1).

O segundo uso atrela o desenvolvimento à satisfação das necessidades humanas. Essa versão, no entanto, abre espaço para interpretações ambíguas do que constitui de fato tais necessidades, visto que podem ter significados distintos a depender do grupo social. A simples satisfação de necessidades básicas como alimentação, moradia e vestuário não implica necessariamente em desenvolvimento, da mesma forma que somente o aumento da produtividade também não o faz. Assim, é preciso repensar o conceito de desenvolvimento de forma a abarcar os dois usos, para então ser possível analisar suas causas e as desigualdades geradas por ele, que acarretam no subdesenvolvimento dos países periféricos.

Furtado (2000) refuta as teorias de Stuart Mill e David Ricardo acerca da especialização da produção e das vantagens comparativas. Furtado afirma que o livre comércio e a especialização agravam a desigualdade, logo, a industrialização é fomentada pelo protecionismo.

A vaga de industrialização que se produziu no último terço do século XIX, e fez brotar toda uma constelação de centros econômicos autônomos, ocorreu essencialmente no quadro do protecionismo nacional. [...] O enfoque globalizador dos processos econômicos, que corresponde à preeminência do Estado como agente propulsor e orientador das atividades econômicas e árbitro dos conflitos de classes na definição do interesse nacional, viria finalmente a prevalecer na concepção do desenvolvimento (FURTADO, 2000, pp. 24-25).

Um dos pontos centrais da teoria de Furtado, e de toda escola cepalina, é a necessidade da presença ativa do Estado na economia, frente à incapacidade do mercado de se autorregular. Nesse aspecto, a escola cepalina se aproxima da vertente Keynesiana, que defende a necessidade de intervenção do Estado em situações de desequilíbrio do mercado de forma a garantir o bem estar social e prevenir o desemprego. No entanto, Keynes defende a intervenção do Estado em situações em que o desequilíbrio do mercado coloca em risco a própria sobrevivência do sistema, onde o Estado deve agir de forma a garantir a manutenção

da livre iniciativa e do bom funcionamento do capitalismo. Já a escola cepalina possui uma visão mais central do Estado, defendendo que este deve ser o principal motor e guia das políticas econômicas.

É possível também fazer um paralelo com o modelo Schumpeteriano, que defende que a própria estrutura instável do sistema capitalista possibilita os desequilíbrios de crescimento. A incapacidade autorreguladora do mercado leva a necessidade da influência do Estado para corrigir suas falhas. Porém, pelo fato de o Estado não ser livre de falhas, o modelo Schumpeteriano afirma que é preciso haver um equilíbrio entre as ações do empresário inovador e do Estado na maximização da eficiência, produtividade e bem estar social.

Os desenvolvimentistas e neoliberais defendem ideias opostas quanto ao desenvolvimento. Os neoliberais defendem que o subdesenvolvimento dos países periféricos é uma etapa para se chegar ao desenvolvimento dos países centrais, enquanto os desenvolvimentistas acreditam que cada realidade é histórica e formada por suas próprias estruturas e especificidades, logo, tanto o subdesenvolvimento quanto o desenvolvimento são apenas facetas diferentes do mesmo processo de utilização da tecnologia moderna e não etapas de avanço para se atingir um fim ótimo. Logo, os estruturalistas não acreditam no processo de *catching-up*. Outro ponto de discórdia central é o papel do Estado, que para os desenvolvimentistas é o motor do desenvolvimento, pois representa os interesses da coletividade e possui os meios para implementá-los, enquanto para os neoliberais o Estado é pernicioso, logo precisa ter sua atuação limitada, sendo estimulados em seu lugar o crescimento e complexidade dos mercados.

A vertente cepalina traz uma análise acerca do desenvolvimento periférico da América Latina, apontando que as desigualdades do sistema capitalista, provenientes da Divisão Internacional do Trabalho, são responsáveis pelas condições inadequadas de crescimento nos países periféricos. A estrutura econômica da América Latina possui características como: baixo grau de diversidade produtiva, especialização no setor primário, alto nível de heterogeneidade social e estrutura institucional inadequada. Por consequência desse cenário, sua industrialização fica limitada, não há dinamização da produção ou capacidade de investimento em inovação. Assim, a escola cepalina afirma que a estrutura é um fator determinante do desenvolvimento econômico.

Um dos autores estruturalistas de maior relevância no século XX para a análise do desenvolvimento latino-americano é Celso Furtado. Segundo ele, o baixo crescimento da América Latina se dá pela falta de políticas estratégicas por parte do Estado, especialmente no que diz respeito ao investimento em inovação e progresso técnico. Há nas sociedades

periféricas um alto grau de concentração de renda e uma falha por parte dos grandes centros em absorver a grande oferta de mão de obra, o que leva a geração de desemprego e subemprego. Bielschowsky e Mussi (2005) sintetizam essas contribuições de Furtado para a análise estruturalista:

[...] acrescentou a possibilidade de uma terceira tendência perversa, inerente ao subdesenvolvimento brasileiro, isto é, a tendência a continuidade do subemprego (*Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, 1961): a estrutura ocupacional com oferta ilimitada de mão-de-obra se alteraria nas economias subdesenvolvidas de forma lenta, porque o progresso técnico, capital-intensivo, seria inadequado a absorção dos trabalhadores ligados a vasta economia de subsistência. O sistema tenderia, então, a concentração de renda, e a um grau de injustiça social crescente (*BIELSCHOWSKY e MUSSI*, 2005, p. 18, apud *ERBER*, 2007, p. 48).

Para Furtado (2007), o capitalismo acentua as assimetrias centro-periferia, o mercado é por si mesmo desequilibrado e não possui forças intrínsecas que o façam tender ao equilíbrio. Os estruturalistas não acreditam nas visões clássicas da “mão-invisível” que guia a economia, logo, deve haver um agente externo que conduza o seu bom andamento, ou seja, o Estado. Dessa forma, pode-se afirmar que a própria estrutura capitalista, baseada nas premissas de livre mercado e Estado mínimo, produz o subdesenvolvimento.

A assimetria gerada pelo capitalismo acontece tanto no que diz respeito à difusão de tecnologia e conhecimento, quanto nos meios empregados para utilizá-los. Para que o modo capitalista de produção se reproduza, é preciso que haja constante inovação e dinamização da produção, logo, o progresso técnico é fundamental. Os centros possuem maior acesso a capital e tecnologia e também maior capacitação e recursos para empregá-los da maneira mais eficiente.

Os países periféricos por outro lado, são voltados essencialmente à produção de bens primários, ou seja, possuem uma especialização diferente do centro, com menor teor tecnológico e técnico. Por possuírem menor acesso a tecnologia e terem menos recursos para capacitação, acabam empregando a tecnologia de forma deficiente e inadequada, o que afeta negativamente sua produtividade, tornando o lucro quase nulo. Há falhas na aquisição e execução do progresso técnico, o que gera ganhos desiguais e deterioração dos termos de

troca aos países periféricos, que acabam presos na especialização de bens de baixo valor agregado.

Além disso, países subdesenvolvidos possuem uma economia essencialmente dualista, visto que possuem uma produção específica voltada à exportação e outra voltada à demanda interna. No âmbito dos países subdesenvolvidos, o conceito de economia dualista diz respeito à estrutura híbrida formada por um setor moderno e por um setor atrasado. As economias latino-americanas possuem um setor primário-exportador dinâmico, mas foram incapazes de difundir progresso técnico para o resto da economia, que é pouco diversificada e pouco integrada. (COLISTETE, 2001) Essa deformação estrutural leva ao surgimento de desigualdades econômicas, sociais, políticas e institucionais. Frente a esse cenário, Furtado afirma que a industrialização é o caminho para o crescimento econômico.

Assim, a escola cepalina nega as vantagens da Divisão Internacional do Trabalho, pois ela reforça a inserção periférica dos países subdesenvolvidos, que acabam atuando como provedores de matérias primas e *commodities* para os centros. A própria inserção da América Latina no século XX reforça esse cenário, visto que sua atuação principal foi a exportação de *commodities*, o que gerou imensa dependência externa e desequilíbrios internos.

Além de a DIT acentuar as desigualdades produtivas, também distorce os valores culturais da periferia. A influência dos centros, especialmente no que diz respeito a valores e ideais, faz com que as camadas mais abastadas queiram imitar os padrões de vida do centro, e ao invés de nivelar a heterogeneidade social interna, acabam acentuando-a. Segundo Furtado, existe uma ligação importante entre desenvolvimento e cultura e a análise do desenvolvimento deve ser feita de forma sistêmica, levando em conta outras esferas da sociedade além da economia.

A cultura em si é a demonstração da capacidade criativa do indivíduo que gera inovação em todos os níveis da sociedade. O estrangeiro exerce influência sobre o nacional tanto no âmbito cultural, de ideais e valores, quanto no econômico, nos padrões econômicos, de consumo produção e distribuição de renda. Assim a superação do subdesenvolvimento deve ser feita de forma endógena, a partir de mudanças nas estruturas produtivas internas

A escola cepalina defende que o Estado deve ser o responsável por guiar o desenvolvimento, direcionando os investimentos internos e externos ao aprimoramento em pesquisa, tecnologia e instituições que ajudem a dominar o progresso técnico e desenvolver os setores produtivos e tecnológicos do país. Segundo Furtado (2000), não há como falar de um equilíbrio da economia desvinculado do apoio institucional. O que falta para a o desenvolvimento efetivo da economia latino-americana é a boa gestão estratégica feita por um



Estado coordenador da economia que possibilite a transição para um modelo econômico mais dinâmico, mas, sobretudo, mais equitativo que insira todas as camadas populacionais na produção e nos ganhos econômicos.

Outro meio importante de superação do subdesenvolvimento para o estruturalismo é a integração regional, em especial, por meio do regionalismo aberto, que combina a integração com a abertura multilateral. Para que o processo funcione de forma eficiente, deve ser direcionado e pautado em regras claras voltadas ao desenvolvimento e liberalização de forma simultânea. Na América Latina, os processos de integração regional foram iniciados com o objetivo de fomentar as indústrias locais e diminuir a dependência e vulnerabilidade externa. A CEPAL (idealizadora inicial da necessidade de criação de um bloco regional) recomendou que os países voltassem seus investimentos em atividades econômicas específicas, que condizem com as especificidades e capacidades de cada economia, para dessa forma, transformar as indústrias de primário-exportadoras para abastecedoras internas.

Para Raul Prebisch (2000), a América Latina tem a necessidade de se industrializar e para isso é necessário ter um maior grau de tecnologia e inovação na produção. Dessa forma Prebisch defende que o comércio exterior deve ser fomentado, como um meio de potencializar a captação de investimentos em pesquisa e tecnologia que permitam a industrialização nacional. Ou seja, para haver fomento da indústria nacional, deve haver abertura comercial e incentivo às exportações.

Quanto mais ativo for o comércio exterior da América Latina, tanto maiores serão as possibilidades de aumentar a produtividade de seu trabalho, mediante uma intensa formação de capital. A solução não está em crescer à custa do comércio exterior, mas em saber extrair, de um comércio exterior cada vez maior, os elementos propulsores do desenvolvimento econômico (PREBISCH, 2000, p. 73).

Em suma, a teoria estruturalista aponta para a necessidade de industrialização dos países periféricos de forma a diminuir o *gap* entre periferia e centro gerado pela divisão internacional do trabalho. O Estado deve coordenar as estratégias de desenvolvimento, investindo em tecnologia e inovação para que seja possível dominar o progresso técnico. Da mesma forma, os Estados devem incentivar a integração regional como meio de fortalecer as economias locais e reduzir a dependência e vulnerabilidade externa.

### **3. ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA, SUAS CARACTERÍSTICAS E INFLUÊNCIAS**

O período entre 2010 e 2018 abarca uma gama considerável de mudanças no perfil econômico brasileiro, especialmente no âmbito das diferentes políticas econômicas implantadas e suas conseqüentes repercussões na economia. Não obstante, o cenário internacional também tem peso no que tange às mudanças internas da economia, desde variações de demanda do comércio, até instabilidades políticas e econômicas internas de outras economias protagonistas do sistema internacional.

É importante ressaltar que, de forma geral, durante a primeira década do século XXI, o Brasil experimentou um período de estabilidade e crescimento econômico. Porém, o período a partir de 2010 foi marcado por retrocesso na economia. Segundo Matos (2016, p.16) “o desempenho da economia brasileira tem sido de desaceleração desde meados de 2011” e “em 2014, houve um agravamento dessa tendência, levando o Brasil a uma recessão”. Em uma análise acerca do desempenho da economia brasileira entre 1980 e 2015, Balassiano (2017) afirmou que o período entre 2011-2015 foi o pior em termos de crescimento econômico e de PIB *per capita*.

Há um debate entre autores da economia acerca das causas da recessão e do mau desempenho da economia brasileira, com duas linhas principais de raciocínio. A primeira destaca fatores internos, em especial as políticas econômicas adotadas, como fatores determinantes da recessão. A segunda aponta o cenário internacional e os choques externos como causa principal desta última década de crise econômica no país.

#### **3.1. O desempenho interno da economia brasileira entre 2010 e 2018**

Analisaremos, em primeira instância, os fatores internos. No ano de 2010, último ano do segundo mandato do presidente Lula, o Brasil ainda gozava da estabilidade e crescimento que vinham pautando a economia brasileira desde meados de 2004 (quando a expansão econômica foi de 5,2%). O crescimento nesse período se deu, principalmente, devido ao *boom de commodities*, a estabilidade da economia internacional, os investimentos no mercado interno e o aumento do consumo das famílias (potencializado pelo aumento da oferta de crédito e a diminuição do desemprego). De acordo com dados do BNDES, o PIB brasileiro caiu em apenas 0,3% em 2009, devido aos efeitos da crise internacional de 2008, mas voltou

a crescer em 2010, apresentando uma guinada histórica de 7,5%, a maior taxa de crescimento dos últimos 24 anos, retornando assim a níveis ainda superiores ao período pré-crise.

Em 2011, o governo Dilma assumiu dando continuidade a política do governo anterior. Apesar das similaridades, o novo governo não gozava mais da estabilidade e crescimento da economia internacional experimentados até 2010, ao contrário, o mundo passava por um momento de retrocesso pós crise de 2008, que desacelerou o desempenho econômico de diversos países. Assim, a partir de 2011 foram adotadas novas políticas econômicas de cunho anticíclico para o país, de forma a rebater os efeitos da crise internacional. Os objetivos passaram a ser de expandir o crédito, baixar os juros, tornar a taxa de câmbio mais competitiva e atrair mais investimentos para o país.

A principal estratégia, adotada em 2012, ficou conhecida como Nova Matriz Econômica (NME) e foi baseada em cinco pilares principais: política fiscal expansionista, juros baixos, crédito barato fornecido por bancos estatais (como o BNDES), câmbio desvalorizado e aumento das tarifas de importação para estimular a indústria nacional. Barbosa Filho (2017, p.52), afirma que a estratégia consistiu em “políticas de forte intervenção governamental na economia que combinaram política monetária com a redução da taxa de juros e política fiscal com dirigismo no investimento, elevação de gastos, concessões de subsídios e intervenção em preços.”

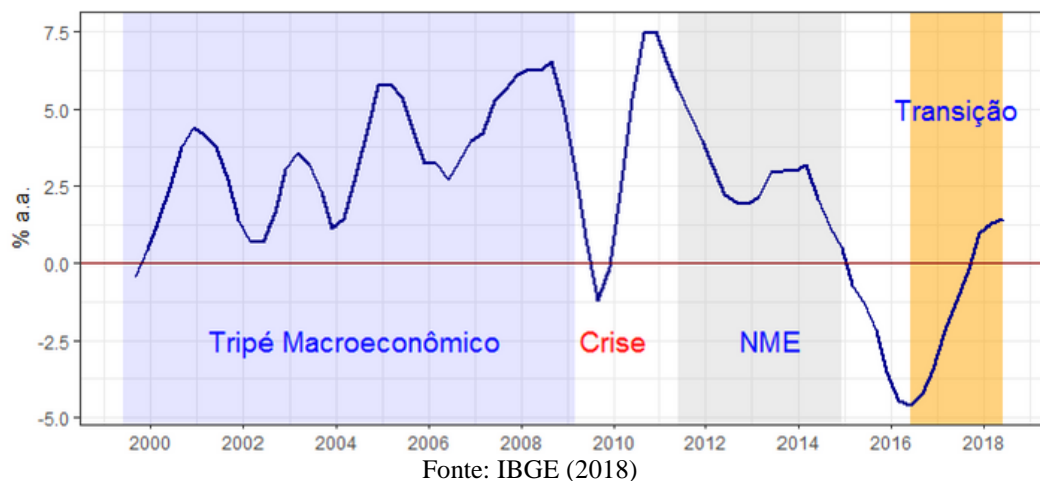
De acordo com Ferreira e Cardoso (2016, p. 13), “o conjunto dessas políticas significou uma guinada de 180 graus em relação à rota seguida durante o governo Fernando Henrique Cardoso e o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva”. A “rota” econômica seguida por FHC e Lula refere-se ao tripé macroeconômico, nome dado a estrutura econômica implantada em 1999 que ancora a economia brasileira até hoje (com exceção ao período de vigência da NME). A estrutura se baseia em 03 eixos centrais: metas de inflação, câmbio flutuante e metas fiscais.

Nas metas de inflação, o governo federal determina a taxa de inflação que o país deverá ter a cada ano e a partir de tal, o Copom (Comitê de Política Monetária), define a taxa de juros (taxa Selic) necessária para atingir tal inflação. O aumento ou redução da taxa Selic define a predisposição ao investimento e ao consumo, se a taxa estiver alta, o consumo e investimentos serão menores, e vice versa. O aumento do consumo (alta demanda) leva ao aumento de preços e conseqüentemente ao crescimento da inflação. Com taxas de juros altas, a demanda diminui, levando a baixa dos preços e a desaceleração da economia, reduzindo o processo inflacionário.

O regime de câmbio flutuante baseia-se na variação do preço da moeda de acordo com sua oferta e procura e, por fim, as metas fiscais, ou metas de superávit, são ferramentas de planejamento orçamentário que auxiliam no gerenciamento de contas do governo. Elas são definidas anualmente pelo Congresso, e por lei, devem ser seguidas. O gráfico 1 mostra as diferentes políticas econômicas implantadas no Brasil durante este século, e o consequente crescimento do PIB durante cada uma delas. No gráfico é possível perceber a diferença de duração entre a vigência do tripé econômico e da Nova Matriz Econômica, bem como o impacto de cada diretriz no PIB brasileiro. No entanto, deve se levar em conta outros fatores internos e externos para além das políticas econômicas para explicar o comportamento da economia brasileira em cada período.

**Gráfico 1 - Taxa de Crescimento do PIB trimestral brasileiro**

Crescimento Acumulado em 4 trimestres



O tripé econômico começa a ser flexibilizado a partir de 2006, visando conciliar a estabilidade trazida pelo tripé original com um maior estímulo ao crescimento econômico. A flexibilização se baseou na expansão da demanda e na valorização cambial, o que levou, no entanto, a déficits, perda de competitividade e desindustrialização. A partir de 2011, com a necessidade de políticas anticíclicas que contivessem os impactos da crise internacional, o tripé foi substituído pela Nova Matriz Econômica.

Com a implantação da NME, o Banco Central passou a agir para desvalorizar o real, por acreditarem que a moeda valorizada prejudica a indústria nacional. Para impedir a entrada de dólares na economia, foram impostos controles de capitais, com alterações nas alíquotas do IOF sobre investimentos estrangeiros e empréstimos. Da mesma forma, medidas de proteção à

indústria nacional, por meio, por exemplo, do aumento de impostos (como o IPI) sobre automóveis e outros produtos importados foram implantadas.

No período entre 2011 e 2013, o Banco Central trabalhou para reduzir a taxa de juros, de forma a incentivar o consumo. Nesse período, houve forte redução da taxa Selic (taxa básica de juros da economia brasileira), que chegou ao seu valor mais baixo desde 1986. Quando a taxa Selic é reduzida, as empresas e indivíduos podem buscar crédito de forma mais barata. Assim, durante a implementação da NME, o BNDES passou a ser usado de forma intensa, ofertando linhas de crédito robustas, incentivando assim os empréstimos e consequentemente o consumo e levando ao aumento do processo inflacionário da economia. Foram implantadas também políticas de investimento a logística, visando estimular a criação de ferrovias e rodovias e políticas para redução do preço da eletricidade, objetivando reivindicar a indústria elétrica, barateando custos e tornando o país mais competitivo.

A Nova Matriz Econômica, no entanto, não rendeu os frutos esperados. Segundo Bresser-Pereira, o real não foi desvalorizado o suficiente para tornar a indústria brasileira competitiva. Barbosa Filho (2017) afirmou que a NME reduziu a produtividade da economia por alocar investimentos de longa recuperação em setores pouco eficientes, como a indústria elétrica, automotiva e naval. Da mesma forma, o investimento na ampliação da Petrobrás não surtiu o crescimento esperado, reduzindo o produto potencial e gerando choques entre oferta e demanda.

Os choques de demanda estão divididos em três grupos. O primeiro engloba o esgotamento da NME a partir do final de 2014. O segundo choque seria a crise de sustentabilidade da dívida pública doméstica de 2015. O terceiro foi a correção do populismo tarifário que demandou uma política monetária contracionista para o controle inflacionário após a perda de credibilidade do Banco Central. Além disso, a consolidação fiscal tentada no ano de 2015 possui impacto menor sobre essa recessão devido à sua baixa magnitude e duração (BARBOSA FILHO, 2017, p. 51).

Ao invés de resultar em crescimento, as políticas ocasionaram em agravamento do endividamento e piora das contas públicas, especialmente devido à estratégia errônea de diminuição das taxas de juros, que aumentou a inflação, e ao uso de recursos públicos em investimentos que não deram retorno. Segundo Almeida Jr, Lisboa e Pessoa (2015 p. 7), “essas políticas resultaram em benefícios privados localizados para alguns grupos de

interesse, mas não em ganhos sociais ou expansão do investimento, e colaboraram para a estagnação da economia nos últimos anos.”

Por não surtirem os efeitos esperados, as políticas da Nova Matriz Econômica foram gradualmente abandonadas a partir de 2014, voltando a vigência os três pilares do tripé macroeconômico. Porém, segundo Ferreira e Cardoso (2016, p. 14), as políticas da NME deixaram diversas sequelas na economia brasileira. Segundo os autores o conjunto resultou em enorme desorganização das contas públicas, crescimento acelerado da dívida bruta, estagnação da indústria, deterioração do ambiente de negócios e alto endividamento de empresas estatais. Tudo isso resultou na perda do grau de investimento no país, exatamente aquilo que a NME buscava atrair.

No mesmo período de implantação da NME, outras estratégias também foram adotadas para alavancar a competitividade nacional. Em 2011, foi lançado o Plano Brasil Maior, um conjunto de políticas que dava continuidade ao PDP (Política de Desenvolvimento Produtivo), agora com a implementação de políticas de reação aos efeitos da crise de 2008, visando o fomento da produção nacional e a geração de emprego e renda através de 35 medidas sistêmicas iniciais a serem cumpridas entre 2011 e 2014 que iam desde a desoneração dos investimentos e exportações e ampliação e financiamento aos mesmos, até a criação de regimes especiais para agregar valor e tecnologia as cadeias produtivas. O Plano foi desmantelado em 2015, devido à necessidade de mudança de diretrizes da economia brasileira, que necessitava, no período, de medidas regulatórias e de ajuste macroeconômico.

Houve também a potencialização do PSI (programa de sustentação do investimento), programa criado em 2009 como resposta aos tratamentos de crédito pós crise de 2008, financiando diversos equipamentos e maquinários, e tendo como objetivo central a produção, aquisição e exportação de bens de capital e inovação tecnológica, ou seja, estimular o investimento. A partir de 2011, o programa passou a contar não só com repasses do BNDES, mas também da FINEP. O programa foi oficialmente descontinuado em 2016, devido ao aperto das contas públicas e aos altos custos do programa, mas já vinha sendo desmontado desde 2015.

Por fim, após o encerramento do PAC I (Programa de Aceleração do Crescimento) em 2010, o então presidente Lula lançou o PAC II, previsto para ser desenvolvido a partir de 2011. O PAC I foi criado em 2007, com o objetivo de retomar o planejamento e investimento em setores estruturais do país, por meio da execução de obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, os gastos públicos nessa área passaram a ser o motor do crescimento nacional. Os grandes investimentos em infraestrutura levaram ao lançamento do

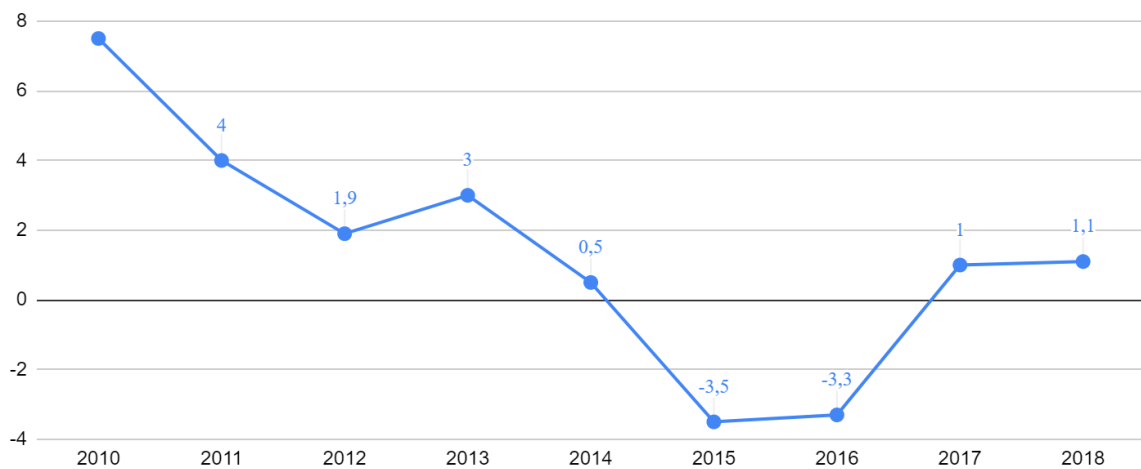
PAC II em 2010, com aumento de recursos e parcerias. No entanto, apesar de aumentar o investimento em infraestrutura, o programa, assim como os demais supracitados, aumentaram consideravelmente os gastos públicos, sem receber o retorno esperado, levando em última instância a desequilíbrios fiscais que contribuíram para o aumento da inflação.

No que tange o crescimento do PIB, os efeitos das novas políticas econômicas não foram sentidos gravemente nos primeiros anos de sua implementação. Conforme mostra o gráfico 2, em 2010 o crescimento do PIB foi de quase 8%, no entanto a partir de 2011, é possível perceber os efeitos, ainda que leves, da crise internacional, baixando o patamar de crescimento para os 4%. O crescimento do PIB desacelerou com mais força em 2014, ano em que as consequências das políticas econômicas anticíclicas implantadas em 2011 começam a ser sentidas. No início de 2015, a recessão se tornou oficial e entre 2015 e 2016 o PIB diminuiu 3,5 e 3,3% respectivamente.

**Gráfico 2 - Crescimento do PIB real brasileiro (%) entre 2010 e 2018**

### Crescimento do PIB real (%)

PIB real (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEA (2019)

Segundo o Comitê de Datação do Ciclo Econômico (CODACE) da FGV, a economia brasileira entrou formalmente em recessão no segundo trimestre de 2014. Desde 1930 não havia recuo no PIB durante dois anos seguidos. Com a reeleição de Dilma Rousseff em 2015 em uma situação já fragilizada após o baixo crescimento do PIB em 2014, o governo abandonou as políticas do NME e alterou a condução da economia para políticas de ajuste fiscal. Segundo Paula e Pires (2017), o objetivo era retomar a confiança dos agentes através, principalmente, da redução dos gastos públicos. Em 2015, o governo federal anunciou

programas de consolidação fiscal com o objetivo de estabilizar a dívida pública. Foram estabelecidas metas de recuperação do PIB de 1,2% para 2015 e 2% para 2016, porém, os novos ajustes não reverteram a contínua queda de receita, levando a uma contração significativa da economia.

Além do conjunto de políticas econômicas aplicadas não ter surtido o efeito esperado, a crise política que se instaurou no país em 2016 acabou agravando a recessão. A incerteza acerca da continuidade do mandato da presidente Dilma Rousseff e a paralisação do Executivo e Legislativo tornaram o encaminhamento de reformas econômicas ainda mais complexo e ineficiente.

Após o impeachment de Dilma Rousseff em agosto de 2016, a presidência foi assumida por Michel Temer. A política econômica do governo Temer em 2017 e 2018 foi uma política de transição, voltada a controlar os gastos públicos, estabelecendo medidas de ajuste fiscal, a exemplo da emenda constitucional do teto de gastos (PEC 55/2016), que congela as despesas do Governo Federal por até 20 anos, ou seja, mantém o orçamento para gastos públicos o mesmo a cada ano, apenas com a correção segundo a inflação daquele ano.

As novas medidas adotadas reverteram a recessão aguda em que o país estava desde 2014, diminuindo o déficit e levando o PIB anual a crescer novamente. Em 2017 e 2018 o PIB teve crescimento respectivo de 1% e 1,1%, o que representa um ritmo de recuperação mais lento do que o esperado, não tendo retornado ao patamar de crescimento pré-recessão.

É inegável que as condições internas do país e a escolha das políticas econômicas adotadas foram fatores imprescindíveis para o desenrolar dos eventos pós 2010. Além do mais, o comportamento da economia brasileira neste período evidencia a posição do Brasil dentro da Divisão Internacional do Trabalho. Por exemplo, ao analisarmos os motivos pelos quais muitas das políticas econômicas implantadas desde 2010 foram descontinuadas, vê-se que a maioria foi devido aos altos custos de manutenção, o que evidencia a visão de Baumann (2015) de que dentro da DIT os países periféricos não conseguem aderir a estratégias de estímulo a indústria interna de forma autônoma, visto que sua força econômica é limitada e não há grande disponibilidade de tecnologia para empregar no processo produtivo, havendo assim necessidade de políticas de abertura comercial e atração de investimentos externos.

### **3.2. O impacto do cenário internacional na economia brasileira**

Além do comportamento interno, a influencia internacional também teve impacto sobre a economia brasileira entre 2010 e 2018. O cenário internacional na primeira década do

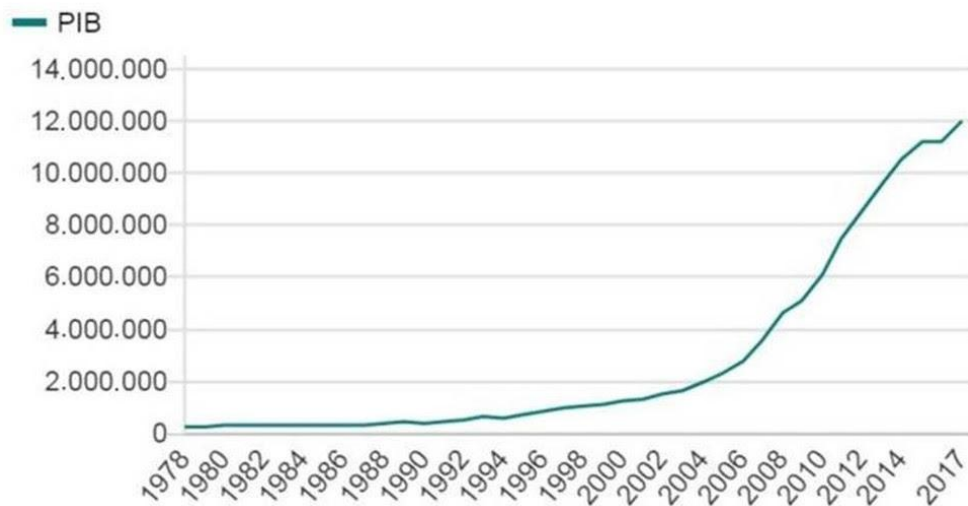


século XXI foi marcado por significativas mudanças. Houve grande aumento do protagonismo Chinês na economia mundial, conforme mostra o gráfico 3. Entre 2000 e 2017, o PIB Chinês aumentou em mais de US\$ 10 bilhões. No mesmo período, houve um forte aumento da demanda do país por *commodities*, o que representou uma grande oportunidade de crescimento econômico para o Brasil. Segundo relatório do BNDES (2012):

O desempenho chinês proporcionou uma crescente demanda por *commodities* e aumentou o comércio de recursos minerais e energéticos. Avanços na renda e padrão de vida nos mercados emergentes elevaram o consumo de alimentos com elevado índice protéico, produtos dos quais o Brasil é produtor eficiente (BNDES, 2012, p.16).

### Gráfico 3 - Crescimento do PIB Chinês

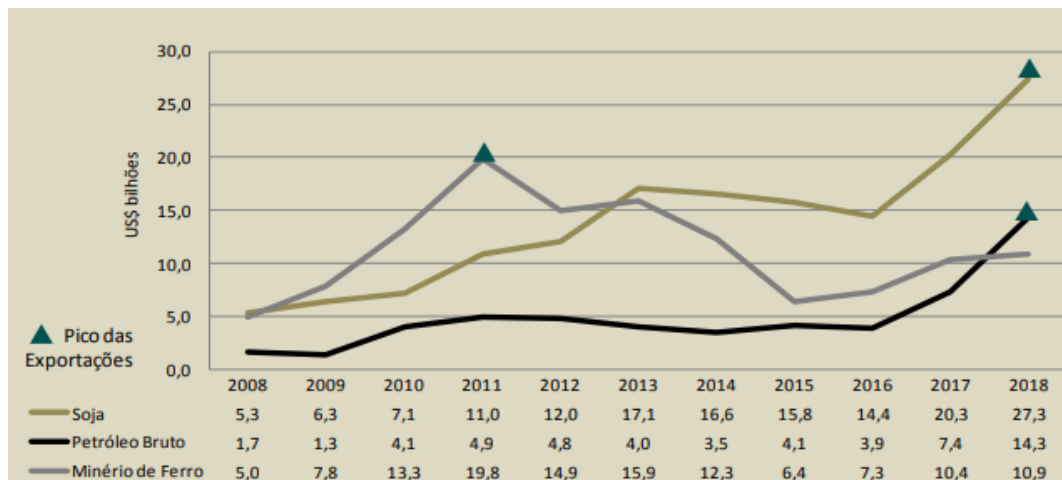
Em bilhões de dólares, valores de 2010



Fonte: UNCTAD (2018)

A forte parceria com a China foi uma das principais razões para o constante crescimento econômico vivenciado pelo Brasil até 2010. Segundo comunicado publicado pelo IPEA em 2011, entre 2000 e 2010 as exportações de *commodities* do Brasil para a China passaram de 2% para 15% do total. No entanto, a partir de 2012, o mercado de *commodities* entrou em queda, com baixa na demanda e nos preços, e consequentemente nas exportações. Segundo o MDIC, entre janeiro e julho de 2015, a receita de exportações para a China reduziu 22,6%, em comparação com o mesmo período no ano anterior. O gráfico 4 mostra a evolução da exportação, nos últimos dez anos, das três principais *commodities* vendidas para a China.

**Gráfico 4 - Histórico de exportações brasileiras a China: Soja, Petróleo Bruto e Minério de Ferro (2008-2018)**



Fonte: MDIC (2018)

A partir de 2016 é possível perceber o reaquecimento no mercado de *commodities* e o aumento da participação da China nas exportações brasileiras. No entanto, o aumento do comércio com China intensifica a reprimarização da produção brasileira, que é uma forte característica da nossa economia contemporânea. Segundo o IPEA, “o forte intercâmbio com a China não foi o único fator a estimular a primarização do comércio exterior, mas, sem dúvida, teve um efeito considerável sobre esse fenômeno de conseqüências regressivas para a economia brasileira no seu conjunto.” (IPEA, 2015) Apesar de o Brasil, em comparação com outros países, como Chile e Austrália, não ser fortemente dependente da economia Chinesa, o esfriamento do mercado de *commodities* impacta o país, mostrando a necessidade de dinamização da economia, para aumentar a produtividade e reduzir a vulnerabilidade externa.

Além da demanda Chinesa, outros fatores externos também tiveram impacto no desempenho econômico brasileiro. Em 2009, os efeitos da crise financeira internacional foram sentidos em países do mundo todo, em maior ou menor grau, inclusive no Brasil. Muitos autores defendem que a crise de 2008 teve impactos substanciais na economia brasileira durante a década seguinte, sendo um dos fatores agravantes da recessão de 2014. Segundo o TCU (2010, p.3), “As atividades econômicas no Brasil durante o exercício de 2009 foram fortemente influenciadas pelos desdobramentos da crise de crédito internacional.”

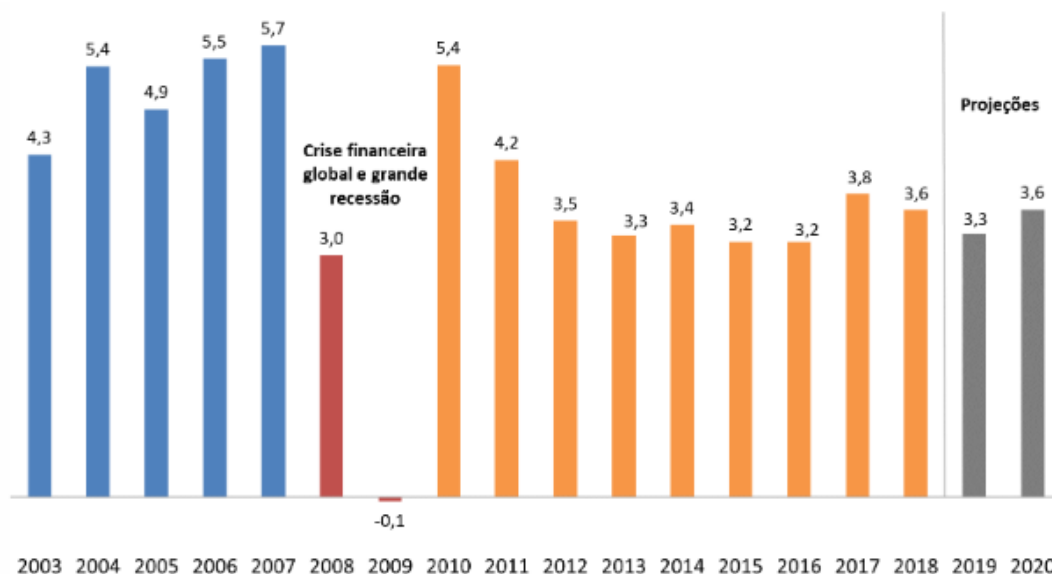
Borges (2016) reconhece a série de erros nas políticas econômicas adotadas a partir de 2011, mas ressalta que “o lento crescimento do PIB brasileiro observado em 2011-2015 não foi muito diferente daquele sugerido pelo ‘macroambiente exógeno’” que, segundo o autor foi “caracterizado por expressiva queda dos termos de troca, desaceleração adicional do comércio

global e grande concentração temporal de choques de oferta negativos na área hidroenergética domesticamente”. O autor continua, afirmando que “é possível identificar claramente uma interconexão entre a desaceleração do crescimento potencial nos últimos anos e diversos fatores não ligados a decisões de política econômica doméstica nesse período.” (BORGES, 2016, p.38)

Ao afirmar que o ambiente externo teve parcela significativa no desempenho econômico brasileiro de 2011 a 2015, Borges (2016) desvia o foco de a recessão ser majoritariamente causada pela nova matriz econômica, atribuindo, assim, parte da culpa ao que ele chama de “*bad luck*”, ou seja, fatores aleatórios, frutos de oscilações nas economias, e não necessariamente atrelados a mudanças em políticas econômicas. Paula e Pires (2017, p. 129) seguem a mesma linha ao reconhecerem o peso do NME, mas afirmando que “o governo Dilma foi marcado pela gradual piora no cenário internacional devido à crise do Euro, à fraca recuperação norte-americana e à desaceleração dos países emergentes”. Tal cenário é oposto ao analisado entre 2000 e 2010, quando a economia mundial passava por um período de estabilidade e crescimento, que vieram a influenciar o sucesso da economia brasileira.

A economia mundial como um todo sofreu retrocesso no pós crise de 2008, a taxa de crescimento médio da economia mundial caiu de 5,4% para 3,5% em 2012. As taxas de crescimento mais baixas desde 2010 foram entre 2015 e 2016, quando atingiram apenas 3,2%. Em 2017, a economia mundial cresceu 0,6% em relação ao ano anterior, no entanto, ainda não foi possível alcançar os patamares de crescimento pré crise de 2008.

**Gráfico 5 - Desempenho da Economia Global**  
Crescimento do PIB em %



Fonte: FMI (2018)

As grandes potências mundiais têm um peso muito grande no desempenho do PIB mundial, logo, o crescimento ou desaceleração da economia pode ser explicado pelo comportamento interno desses países. Por exemplo, no período pós crise de 2008, países desenvolvidos, em especial os Estados Unidos e países da União Europeia, passaram a apresentar altas taxas de desemprego, o que afeta a demanda e conseqüentemente a produtividade destes países. Ademais, a partir de 2010, a crise de endividamento público na Europa, que afetou países como Grécia, Espanha, Portugal, Itália e Irlanda, retardou a prospecção de uma recuperação econômica rápida, afetando diversas economias e refletindo fortemente na queda do PIB mundial em 2011.

A partir de 2014 foi possível notar certa recuperação nos Estados Unidos, que obteve significativa diminuição na taxa de desemprego, caindo de 10% em 2009, para 5,5% em 2014. Da mesma forma, o déficit orçamentário dos EUA, que chegou a 10% no auge da crise financeira, baixou para menos de 3% em 2014. Por outro lado, os países da União Europeia, de forma geral, ainda passavam por um crescimento lento e contido. Em 2015, suas taxas de desemprego permaneciam altas e a demanda de consumo baixa, dificultando assim a recuperação do PIB mundial.

A desaceleração de crescimento econômico da China em 2015 também influenciou o desempenho do PIB mundial. O país aplicou políticas de desvalorização do Yuan (moeda chinesa) e acabou por reduzir a importação de *commodities*, o que afetou a economia de diversos países, especialmente o Brasil, cuja exportação de *commodities* é majoritariamente sustentada pelo mercado chinês.

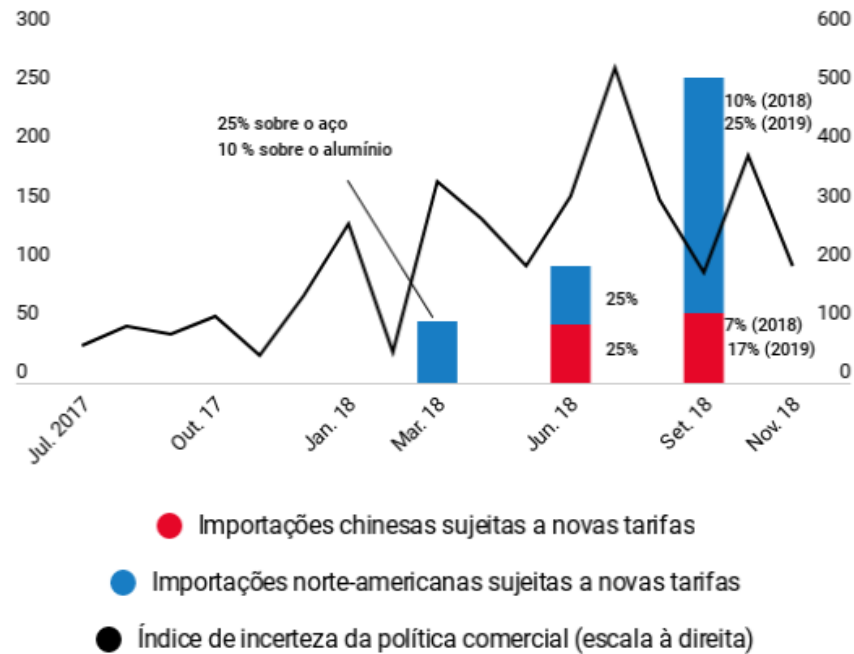
Em 2017, a economia mundial apresenta certa recuperação, guiada especialmente pelo aumento das importações e aumento do consumo, pela retomada dos investimentos em capital fixo, principalmente por parte das economias avançadas e pela recuperação dos preços das *commodities*. O último fator tem maior impacto sobre o Brasil, que possui uma pauta exportadora primária, baseada em *commodities*.

Por fim, a leve perda de dinamismo observada em 2018, se deu, em grande parte, pela guerra comercial entre Estados Unidos e China, conforme mostra o gráfico 6. O aumento do protecionismo americano, a elevação de tarifas sobre diversos produtos e a intensificação de retaliações por parte dos parceiros comerciais diminuí o fluxo de comércio e o dinamismo de investimentos que encabeçaram o crescimento observado em 2017.

### Gráfico 6 - Tensões comerciais internacionais

Medidas comerciais importantes elevaram a incerteza em relação à política comercial.

Valores em bilhões de US\$



Fonte: FMI (2019)

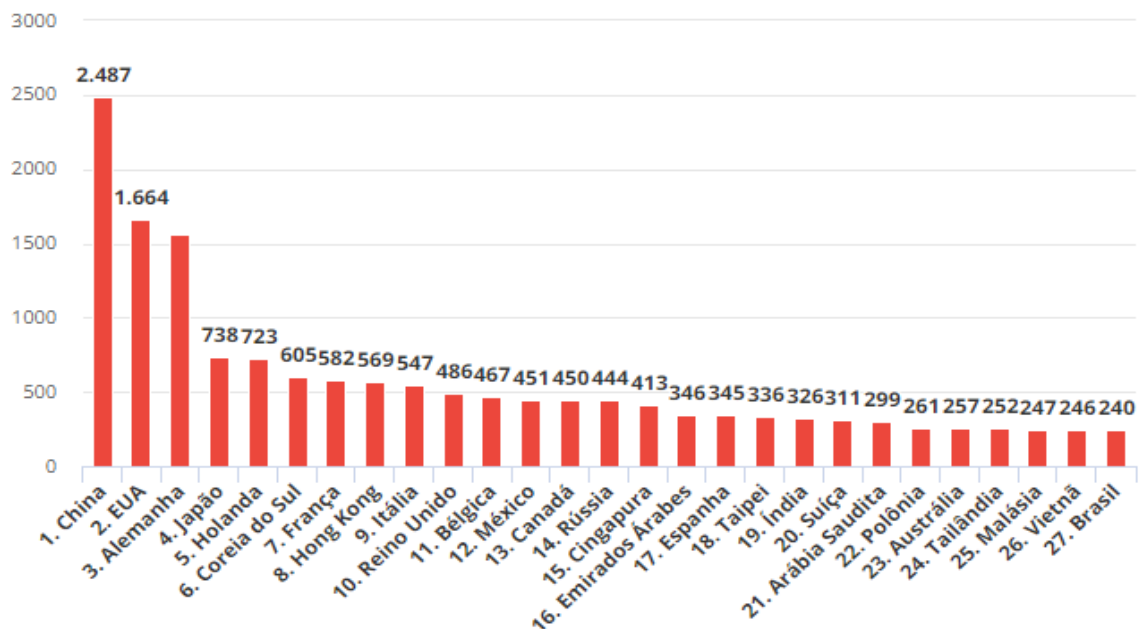
A partir da análise do comportamento das economias mundiais desde 2010, é possível perceber a influência do mercado internacional no desempenho da economia brasileira. Matos (2016, p.17) afirma que “não é possível excluir, *a priori*, o impacto de fatores externos e comuns a diversos países no desempenho de países individuais.” E ainda, “a questão principal é identificar a contribuição de cada grupo de fator, destacando qual deles é o mais relevante para cada país. De fato, não é possível ignorar o peso do evento no cenário internacional, mas é preciso analisar o real peso que tais fatores exercem sobre a economia interna.

Em suma, nota-se que o desempenho da economia brasileira a partir de 2010 foi influenciado tanto pelas políticas econômicas ineficazes introduzidas no âmbito interno quanto pelo comportamento de outros países. Não é possível limitar esta influência para apenas um fator, visto que a implantação das mesmas políticas econômicas em um momento de estabilidade internacional poderia ter surtido efeitos internos diferentes. O fato é que a última década representou um período de tentativa de recuperação e crescimento para diversos países atingidos pela crise, que apenas começaram a mostrar significativa melhora a partir de 2017, após um grande período de estagnação. O mesmo pode ser dito do Brasil, cuja instabilidade, porém, foi agravada pelo uso de políticas econômicas incongruentes às necessidades do período.

### 3.3. Características das exportações e importações brasileiras

Historicamente o Brasil é um grande exportador de *commodities*. Sob a perspectiva da Divisão Internacional do Trabalho, o Brasil um país periférico, ou seja, que foca sua exportação em bens primários, de baixo valor agregado e que necessitam de pouca especialização, logo é tido como uma fabrica de abastecimento global. Entre 2010 e 2018 a participação das exportações brasileiras frente às exportações mundiais permaneceu constante entre 1,2% e 1,3% do total mundial, atingindo um pico de 1,4% em 2011 e uma baixa de 1,1% em 2016.

**Gráfico 7 - Maiores países exportadores em 2018 (em bilhões de dólares)**



Fonte: OMC (2018)

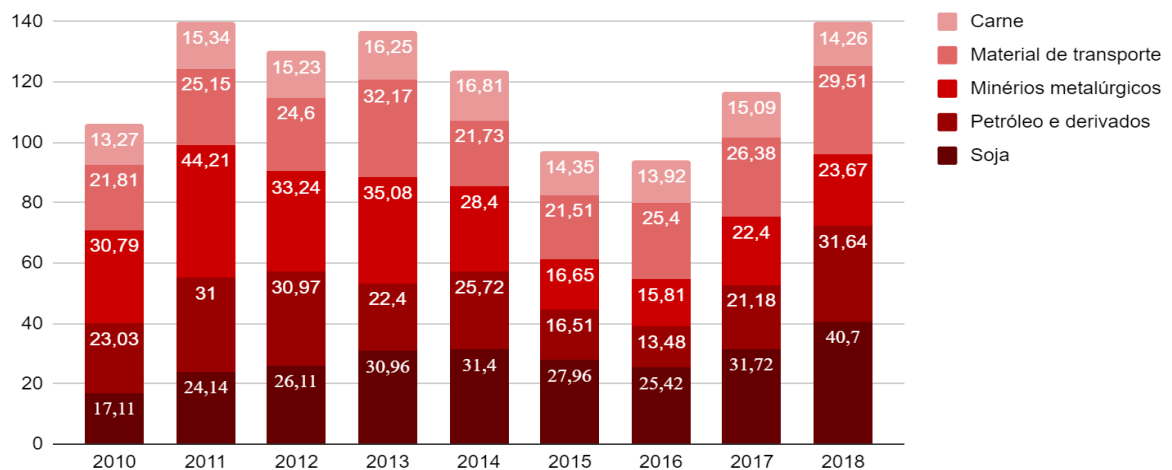
A posição do Brasil entre os principais países exportadores é relativamente baixa, levando em conta suas dimensões geográficas e disposição de recursos naturais. Nos últimos anos, o Brasil vem caindo no ranking, passando da 22ª posição em 2010, para 27ª em 2018, como mostra o gráfico 7. A China lidera o ranking de maiores países exportadores desde 2010, atingindo em 2017 uma parcela de 12,8% do total mundial, o que mostra o sucesso do país em dinamizar sua produção de forma a inserir-se de forma estratégica no comércio global.

Após a China, o ranking é seguido de Estados Unidos, Alemanha, Japão e Países Baixos. Os cinco maiores exportadores de 2017 se mantiveram em 2018, e vem sendo os

mesmos de 2010. Todos os maiores países exportadores são economias altamente competitivas e produtivas, que além de disporem de alta tecnologia e capital, empregam-nos de forma eficiente, de forma a aumentar a inovação e a vantagem frente a concorrência. Conforme Porter (1999) é o uso eficiente e aprimorado dos fatores de produção que leva as indústrias a se tornarem mais competitivas.

No que tange os principais produtos exportados pelo Brasil, o país é mundialmente conhecido pela comercialização de soja, minérios de ferro, petróleo bruto e carnes. Estas são as *commodities* que, nos últimos anos, vem possuindo maior peso nas exportações brasileiras. Além delas, o Brasil também vem exportando também quantias significativas de materiais de transporte, conforme mostra o gráfico 8.

**Gráfico 8 - Exportações Brasileiras por grupo de produtos, em bilhões de US\$**



Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC (2018)

O gráfico 8 mostra com clareza como a base exportadora brasileira é concentrada em *commodities*, com exceção dos materiais de transporte. As quantias exportadas diminuíram consideravelmente entre 2015 e 2016, devido à recessão econômica pela qual passava o país e a baixa nos preços das *commodities*, que diminuiu a demanda global por esses produtos. No mesmo período, houve aumento da exportação de materiais de transporte, cuja proporção na pauta exportadora continuou aumentando nos anos seguintes.

O país ainda exporta, em menores proporções, açúcar e álcool, papel e celulose, madeira, café, entre outros. Além dos produtos primários serem a base produtiva tradicional de países “periféricos”, no Brasil, a vastidão territorial, solo fértil e clima propício são fatores que tornam sua produção mais eficiente. Em 2018, as sete principais *commodities* produzidas

no Brasil (soja, óleos brutos de petróleo, minério de ferro, carnes, celulose, açúcar e café) foram responsáveis por 50,2% das exportações totais. Este foi o percentual mais alto registrado desde 2011, quando atingiram 51,4%, o que mostra um reaquecimento no mercado de *commodities*, mas também significa a intensificação da reprimarização da produção brasileira.

Em contrapartida à exportação de bens primários, o Brasil importa bens de maior teor tecnológico, oriundos de países desenvolvidos, onde há maior especialização da produção e maior disposição de tecnologia e capital. No âmbito das importações mundiais, entre 2010 e 2014 a representatividade da economia brasileira permaneceu constante em 1,2%, com um leve aumento em 2013 para 1,3%. A partir de 2015, houve uma baixa para 1,07% continuando a baixar até 2017, quando o país teve participação de apenas 0,87% nas importações mundiais. Desde 2010, O Brasil vem caindo no ranking mundial dos principais países importadores, passando da 21ª posição em 2010 para a 29ª em 2017.

Ainda assim, o montante de importações brasileiras de bens e serviços vem crescendo nos últimos anos, porém é um crescimento relativamente lento, pois ainda não garante ao Brasil uma posição melhor no ranking de importações mundiais. No início de 2017 houve um aumento de 9,2% das importações totais e, segundo o MDIC, esse crescimento pode ser explicado pelo aumento do mercado interno e da demanda brasileira, o que movimentou as compras externas, especialmente de produtos intermediários, insumos para a indústria e agropecuária, bens de capital, bens de consumo e combustíveis. Ademais, a economia internacional como um todo passou por um período de recuperação e crescimento em 2017, o que influenciou o aumento das importações.

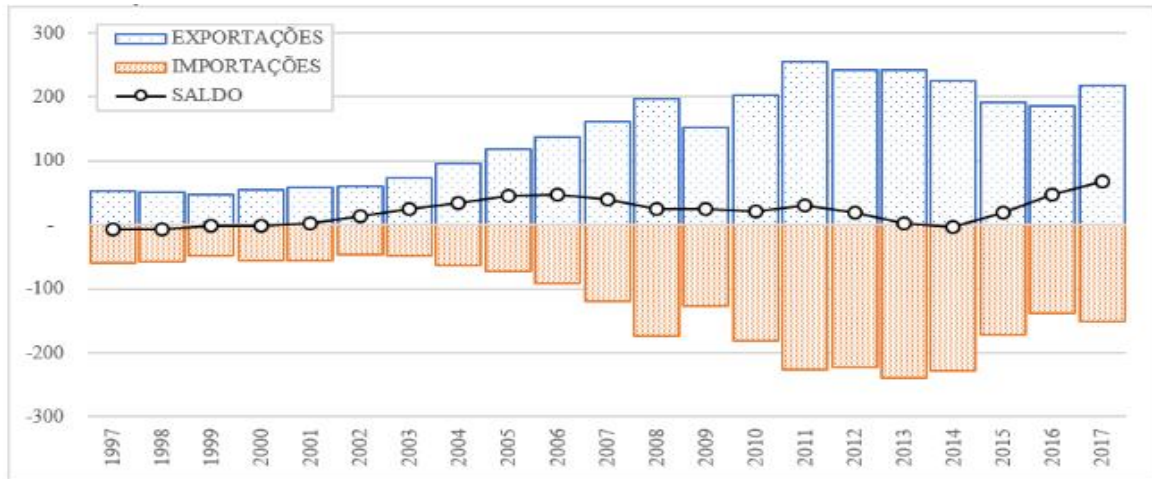
A pauta de produtos importados pelo Brasil teve leve variação desde 2010, com enfoque principal para produtos manufaturados, que em 2018 representaram 85% do valor total importado pelo país. Produtos como óleos de petróleo, óleos brutos de petróleo, automóveis de passageiros, partes de acessórios de veículos, circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos e medicamentos são os produtos de maior peso na pauta de importações brasileiras. Apenas em 2018, a importação de veículos de passageiros cresceu mais de 50%.

O Brasil passou a participar mais ativamente do comércio internacional a partir da abertura comercial no início dos anos 1990. Conforme mostra o gráfico 9, o Brasil possui bom desempenho comercial ao longo dos anos, acumulando superávits contínuos desde 2001 até 2013, a proporção menor de importações versus exportações pode ser atrelada ao fato de o Brasil se um país de grande proporção territorial, o que naturalmente o leva a ser menos



dependente de importações. Há um crescimento acentuado das exportações a partir de 2004, devido especialmente ao boom de *commodities*, tendo decaído após a crise financeira internacional de 2008 e durante a recessão econômica de 2014.

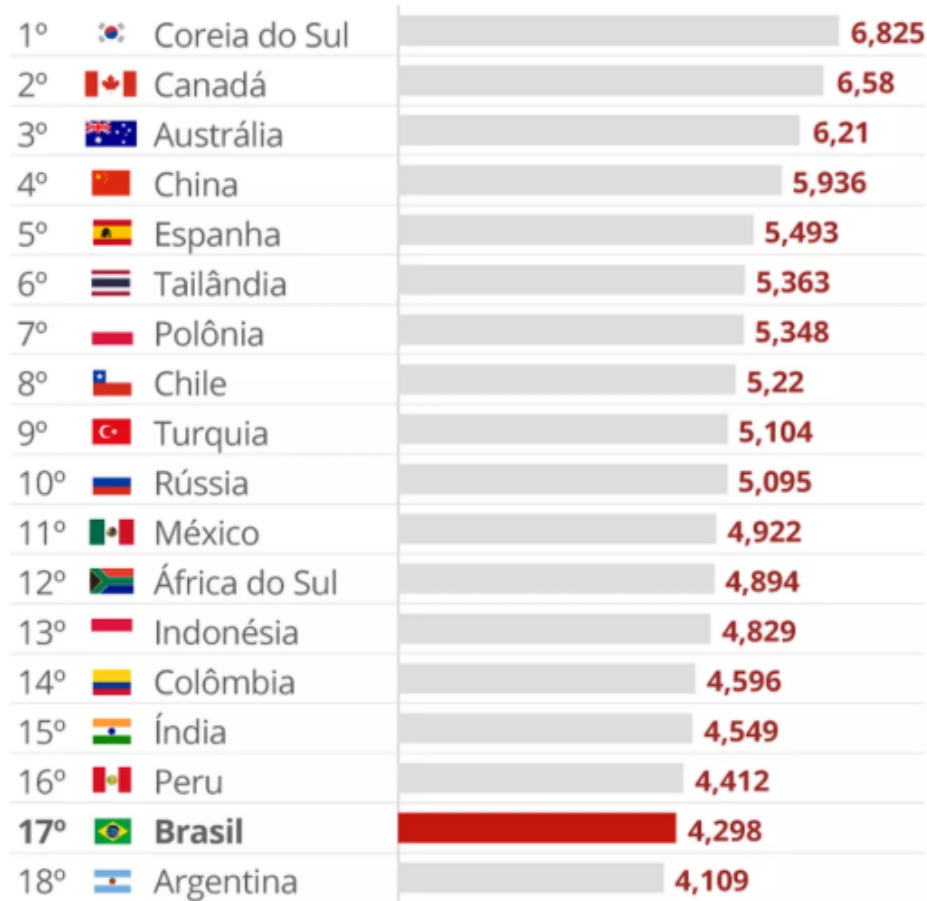
**Gráfico 9 - Balança comercial brasileira e saldo anual de 1997 a 2017**



Fonte: MDIC (2018), IpeaData (2018)

A dependência produtiva brasileira de *commodities*, fruto da vastidão territorial, recursos naturais e mão de obra abundante porém não especializada, evidencia onde está a vantagem comparativa do país, logo, sua produção acaba sendo extremamente primária e consequentemente pouco dinâmica.

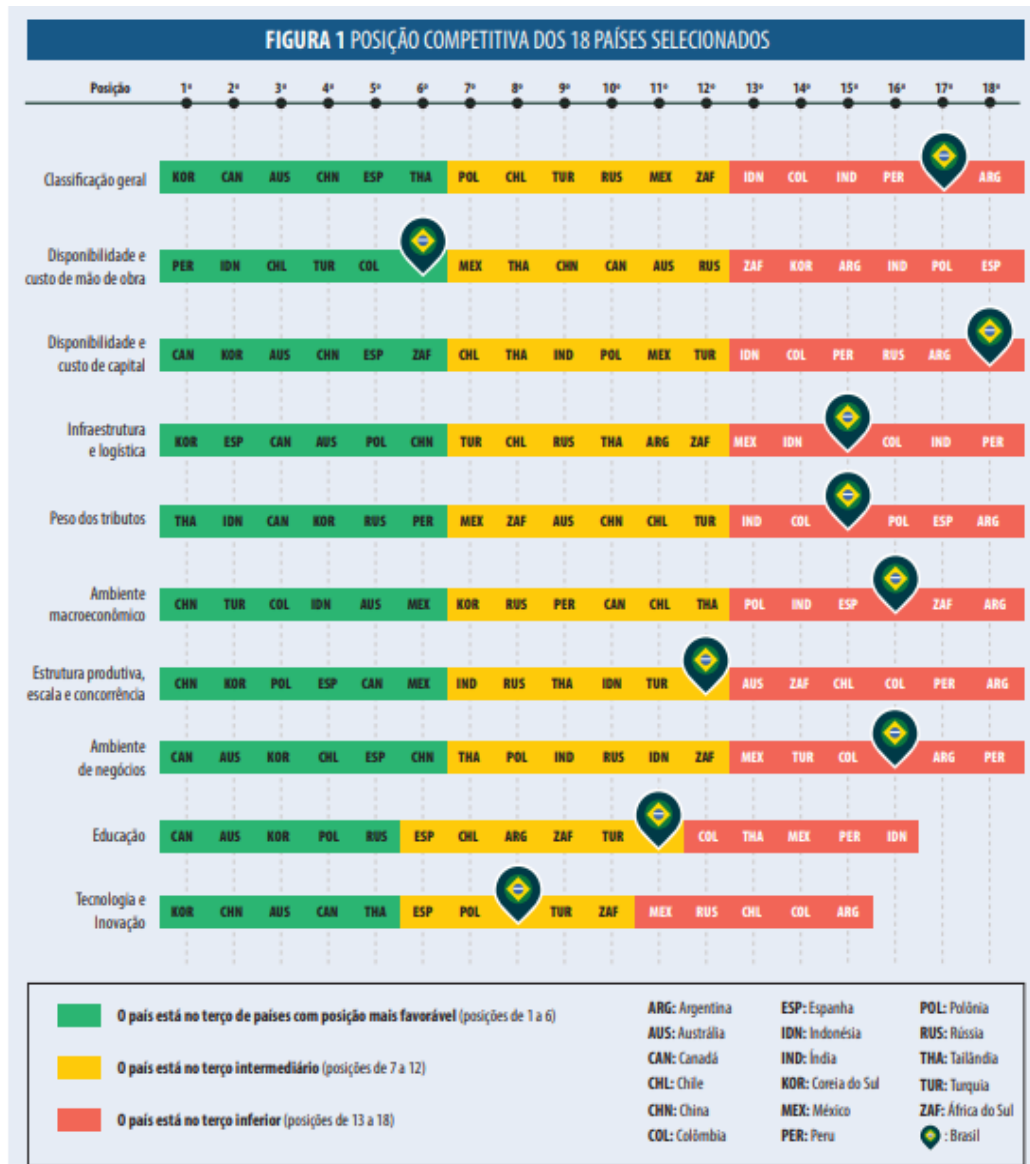
Na última década é possível perceber um aumento da entrada de produtos importados no país. A importação de bens de capital, voltados a processos industriais que modernizem a produção e a tornem mais inovadora pode ser estratégica para a economia, pois, conforme Porter (1999) a competitividade está na capacidade inovadora das indústrias, e esta não advém dos fatores de produção disponíveis no país, mas sim de estratégias de inovação e de investimentos externos bem aplicados.. No entanto, o Brasil não importa bens de capital, mas sim bens de consumo direto final, o que leva a perda de competitividade da indústria e dos produtos brasileiros frente aos estrangeiros, ameaçando a competitividade da economia. A figura 1 mostra o ranking de competitividade elaborado pela CNI em 2019, apontando o grau de competitividade de alguns países selecionados cuja economia é similar e pode ser comparada a do Brasil.

**Figura 1 - Ranking de competitividade de países selecionados**

Fonte: CNI (2019)

A figura mostra que dentre os países analisados, a economia brasileira só é mais competitiva do que a Argentina. No ranking mundial de competitividade elaborado pelo World Forum Economic em 2019, o Brasil ocupa a 71ª posição em um total de 141 países analisados. A perda de competitividade da indústria brasileira foi agravada na última década devido à crise econômica de 2014, a dificuldade para competir com produtos importados e o esfriamento da indústria manufatureira. A figura 2 mostra os nove critérios de análise utilizados pela CNI, bem como a posição do Brasil frente aos demais países em cada um dos critérios.

**Figura 2 - Posição competitiva dos 18 países selecionados**



Fonte: CNI (2019)

O Brasil está entre as posições mais favoráveis apenas no que tange a disponibilidade de mão de obra, o que é reflexo do aumento da população em idade produtiva no país, mas com um custo ainda muito alto devido à baixa produtividade do trabalho. No ambiente macroeconômico, o país sofre com os altos custos da dívida pública e possui uma baixa taxa de investimento na economia, o que limita sua capacidade de se tornar mais produtivo.

Da mesma forma, o ambiente de negócios é prejudicado por conta da falta de segurança jurídica e pelo excesso de burocracia do país, de acordo com a análise feita pela CNI em 2019. No que tange a infraestrutura e logística, o país ainda carece de melhores

estruturas de transporte, energia e logística internacional. Por fim, o fator que mais afeta a competitividade brasileira é a disponibilidade e custo de capital, devido especialmente às altas taxas de juros do país, problema este que vem se agravando com o tempo.

Ao analisarmos a posição da Coreia do Sul no ranking de competitividade, percebe-se que ela é líder em infraestrutura e logística e em tecnologia e inovação, e segundo o estudo da CNI (2019) é um país que investe continuamente em educação, inovação e pesquisa. Edwards (1991) usando o modelo endógeno de crescimento afirmou que o desenvolvimento econômico vem através dos investimentos em educação, tecnologia, pesquisa e inovação, pois torna o país mais produtivo e conseqüentemente competitivo. Assim, percebe-se a necessidade brasileira de investimento nestes setores específicos, pois, aumentando a competitividade, o país passa se inserir na economia internacional de forma mais estratégica, atraindo mais investimentos e aproveitando o mercado externo ao mesmo tempo em que potencializa a indústria nacional.

## 4. O GRAU DE ABERTURA COMERCIAL BRASILEIRO E SUAS CARACTERÍSTICAS

No presente capítulo, analisaremos a inserção econômica do Brasil na dinâmica internacional, comparando-o com demais países do mundo, tanto os conhecidamente mais abertos quanto os mais fechados. Subsequentemente analisaremos o impacto dos investimentos externos e das firmas exportadoras na economia brasileira e suas consequências para o grau de abertura comercial. Por fim, discutiremos as relações comerciais do Brasil com alguns de seus principais parceiros, a seguir: Estados Unidos, China, Alemanha, África do Sul e Argentina, de forma a compreender o viés e caráter de cada relação comercial estabelecida.

### 4.1. Abertura comercial e integração econômica em uma análise comparada

Quando se fala em inserção econômica externa há duas dimensões distintas de análise: a abertura comercial e a abertura financeira. Aqui, será analisada apenas a abertura comercial, de forma a compreender o grau de integração brasileira ao comércio internacional, suas oportunidades e desafios.

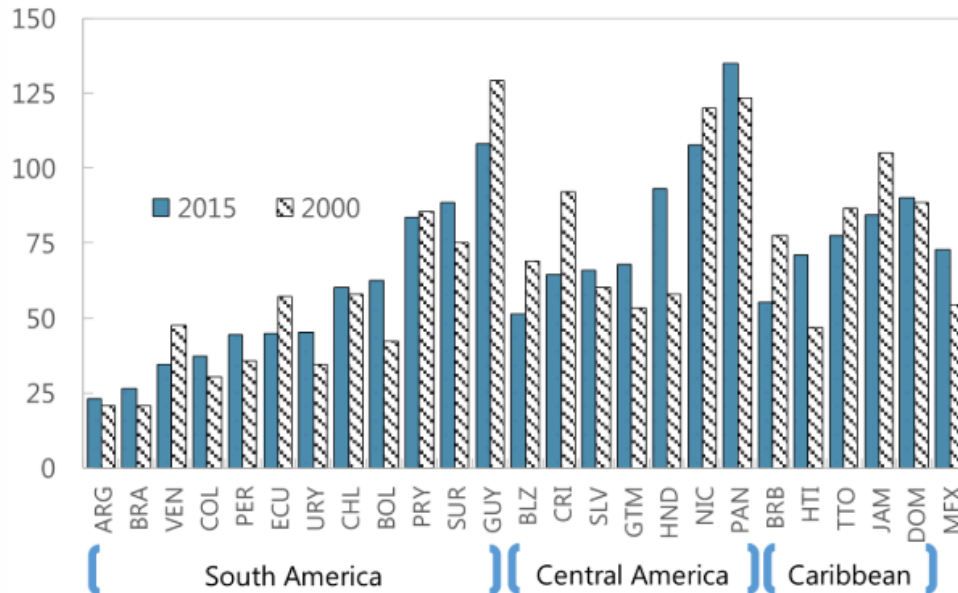
O grau de abertura comercial (GA) é calculado a partir da soma das importações e exportações totais de bens e serviços dividido pelo PIB nacional total de um país. Se o resultado final for alto significa que o país é aberto comercialmente e mais inserido na economia internacional, se o resultado for baixo, o país é considerado fechado ou protecionista, ou seja, prioriza a indústria nacional e restringe a entrada de bens e serviços externos.

Se analisarmos o desempenho da abertura comercial do Brasil desde o século passado, nota-se pouco avanço na integração de sua economia ao resto do mundo. O grau de abertura comercial brasileiro em 1991 era de 17% e subiu para 25% em 2011, atingindo um pico de 29% em 2004, que pode ser explicado pelo aumento da demanda externa de *commodities*, especialmente por parte da China, o que permitiu a maior inserção da produção brasileira. Logo, de forma geral, o grau de abertura comercial brasileiro subiu apenas 8% em vinte anos.

Se comparado ao grau de abertura comercial total da América Latina, que subiu de 60% em 1991 para 74% em 2011, o Brasil ainda é uma economia bem fechada. O gráfico 10 mostra o grau de abertura comercial dos países da América Latina e Caribe em 2000 e 2015,

dentre todos, o Brasil é o segundo país mais fechado comercialmente (27,5% do PIB), atrás apenas da Argentina (24% do PIB)

**Gráfico 10 - Abertura Comercial dos Países da América Latina e Caribe**



Fonte: IEDI (2017)

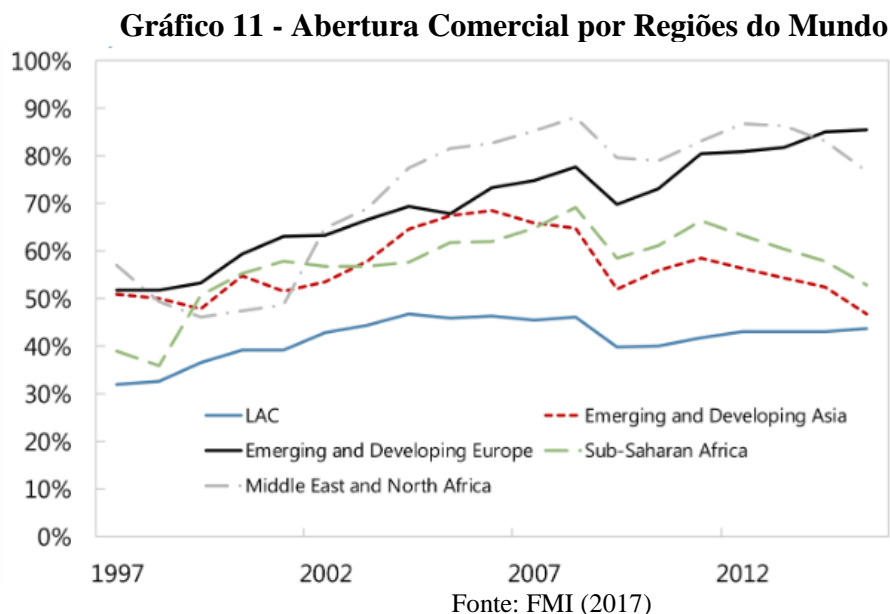
Como um todo, a América Latina possui variações significativas de graus de abertura comercial entre seus países, desde economias com grau de abertura de 25% do PIB (Argentina) até com mais de 125% do PIB (Panamá). De forma geral, os países da América Central e Caribe são mais abertos do que os países da América do Sul, reflexo de suas proporções territoriais menores e produção doméstica limitada, o que os torna mais dependentes do comércio internacional. A abertura comercial do México, no entanto, uma economia relativamente grande, se dá devido ao forte comércio com os Estados Unidos, com quem compartilha poucas barreiras comerciais, especialmente após o estabelecimento do NAFTA.

Os países da América Latina são bem integrados comercialmente ao resto do mundo no que tange o número de parceiros comerciais com quem comercializam mercadorias. Segundo o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), em 2015 a região comercializou com cerca de 70% dos países do mundo. O Brasil é um dos principais responsáveis por essa integração, por ser um dos países com maior número de vínculos comerciais, seguido por Colômbia, Argentina, Peru e Chile.

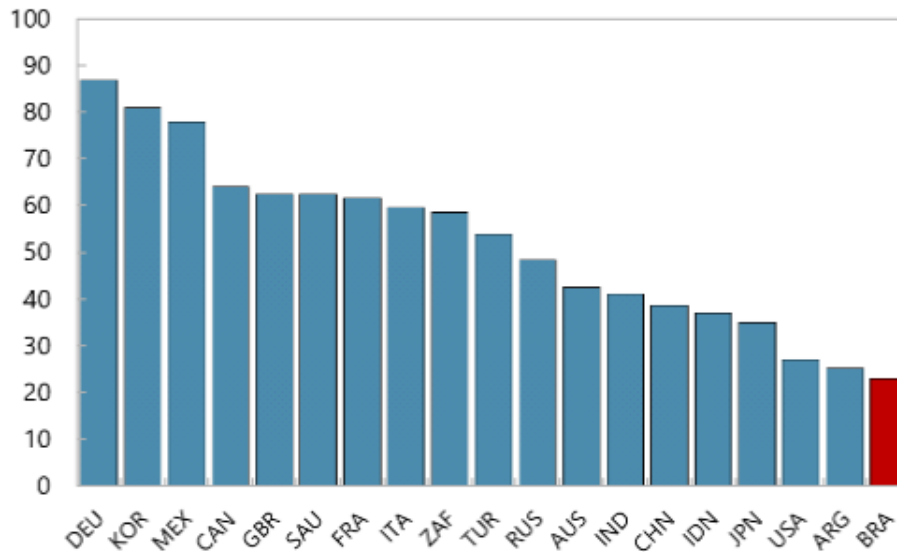
No entanto, por mais que seja uma região com capacidade de penetrar uma grande variedade de mercados, o fluxo de comércio ainda é superficial se comparado a outras

regiões, o que torna baixo o grau de abertura comercial (que leva em conta a quantidade de importações e exportações) da América Latina, caracterizando-a como uma região fechada comercialmente. O mesmo cenário ocorre com as relações comerciais regionais entre países da América Latina e Caribe, o fluxo de comércio ocorre entre todos os países, porém com baixa densidade. Isso se dá pela similaridade produtiva entre os países, cujo foco exportador está nas *commodities*, o que torna a demanda entre eles baixa, levando a exportação para outras regiões do mundo.

Ao compararmos a América Latina com outras regiões emergentes e em desenvolvimento do mundo, é possível perceber esse baixo fluxo de comércio. As regiões mais abertas economicamente são o Oriente Médio e o Norte da África e a Europa (emergente e em desenvolvimento), conforme mostra o gráfico 11. Ambas as regiões vem aumentando seu grau de abertura comercial na última década, enquanto a América Latina permanece em um patamar mais baixo constante.

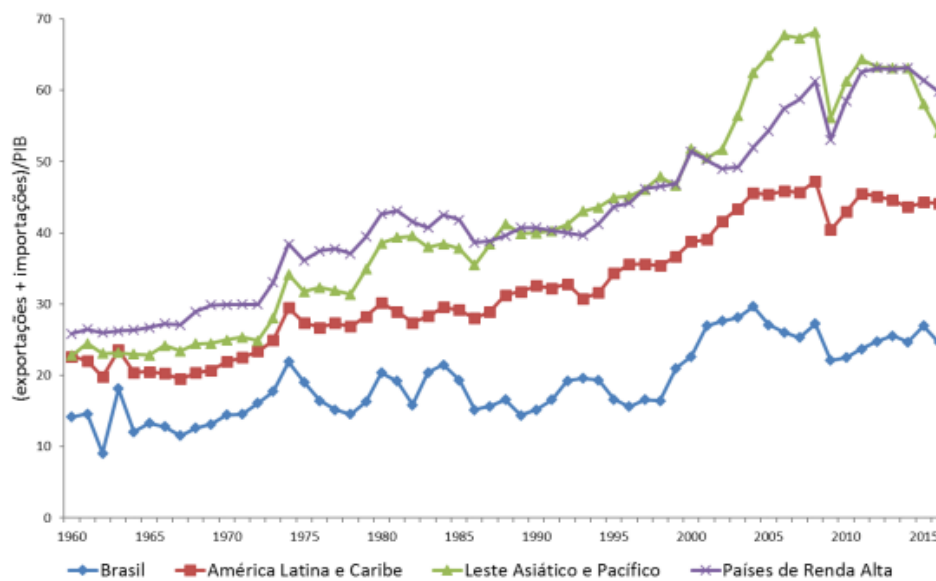


Como dito, dentro da América Latina o Brasil é um dos países com maior número de parceiros comerciais, sendo um dos principais responsáveis pela boa integração da América Latina ao comércio internacional. Ainda assim, o grau de abertura comercial brasileiro (quantidade de exportações e importações) não possui o mesmo bom desempenho. Enquanto entre 1991 e 2011 o grau de abertura comercial do Brasil cresceu de 17% para 25%, os graus de abertura comercial da China e dos Estados Unidos cresceram de 32% para 59% e 21% para 32% respectivamente. Conforme o gráfico 12, o grau de abertura comercial do Brasil em 2017 ainda estava abaixo dos 30%, sendo agora mais fechado do que a Argentina.

**Gráfico 12 - Grau de abertura comercial de países selecionados em 2017 (em % do PIB)**

Fonte: FMI (2017)

Historicamente, o Brasil sempre possuiu baixo grau de abertura comercial e a diferença entre a taxa de inserção do Brasil e do resto do mundo vem se agravando ao longo dos anos, conforme mostra o gráfico 13. É importante ressaltar que economias maiores tendem a serem menos dependentes do comércio internacional, por possuírem mercados internos mais robustos que possibilitam maior produção interna. No entanto, mesmo sem levar a dimensão territorial do país em consideração, a economia brasileira ainda possui baixas taxas de abertura comercial.

**Gráfico 13 - Taxas de Abertura Comercial (1960 - 2016)**

Fonte: Banco Mundial (2018)



Desde os anos 90 o Brasil manteve quase intacta sua estrutura de proteção comercial, com algumas mudanças advindas de diferentes políticas econômicas introduzidas, mas que não mudaram drasticamente o panorama de baixa inserção econômica brasileira. Um modo claro de visualizar o nível de participação do Brasil no comércio mundial é comparando sua posição no ranking de PIB e de maiores países importadores e exportadores (tabela 1).

**Tabela 1 - Ranking de PIB, Importações e Exportações mundiais de países selecionados**

País	PIB	Exportações	Importações
EUA	1º	2º	1º
China	2º	1º	2º
Japão	3º	4º	8º
Índia	7º	17º	15º
Brasil	9º	21º	27º
Coréia do Sul	11º	6º	12º
Rússia	12º	14º	21º
México	15º	9º	11º
Argentina	21º	43º	46º
África do Sul	39º	33º	38º
Colômbia	40º	51º	50º
Chile	42º	40º	44º

Dados: Banco Mundial e WITS (2016)

Via de regra, a posição de um país do ranking no PIB deve ser similar a sua posição no ranking de importadores e exportadores, como pode ser observado para os Estados Unidos, China, Japão e os demais países da tabela. No entanto, o Brasil muito se distancia entre as posições do ranking. Em 2016, o Brasil era a nona economia do mundo, mas o 21º exportador e 27º importador, evidenciando sua baixa integração no comércio internacional.

Segundo o Banco Mundial (2014) e Canuto (2014), a ausência do Brasil nas redes globais de produção pode ser parcialmente explicada pela distância (geográfica, bem como institucional) em relação aos principais centros econômicos, o mesmo que ocorre com outros países da região. No entanto, também é, em grande medida, resultado de decisões de política econômica, passadas e presentes, sobre comércio e conteúdo local. (Banco Mundial 2014, Canuto 2014).

Em suma percebe-se que apesar de possuir um leque variado e vasto de parceiros comerciais, o Brasil ainda está inserido no comércio internacional de forma superficial, ou

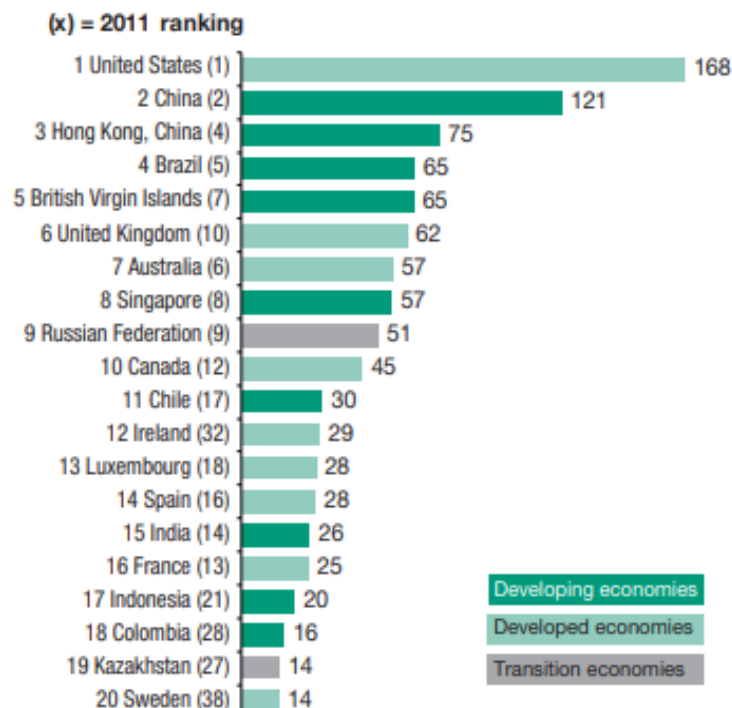
seja, comercializa em pouca quantidade. A produção brasileira voltada à exportação de bens primários ainda traduz muito da visão periférica da divisão internacional do trabalho, que coloca o Brasil como fábrica global. A falta de dinamismo da pauta produtiva brasileira leva a uma estagnação produtiva, dificultando o desenvolvimento competitivo do país.

Baumann (2015) afirma que é preciso fomentar a indústria nacional para que esta se torne competitiva, mas no caso dos países emergentes, esse fomento não acontece de forma autônoma, visto que não há disposição de capital e tecnologia suficiente. Logo, a busca por investimentos externos voltados a modernização e maior eficácia produtiva são fundamentais.

#### 4.2. Investimentos externos e firmas exportadoras.

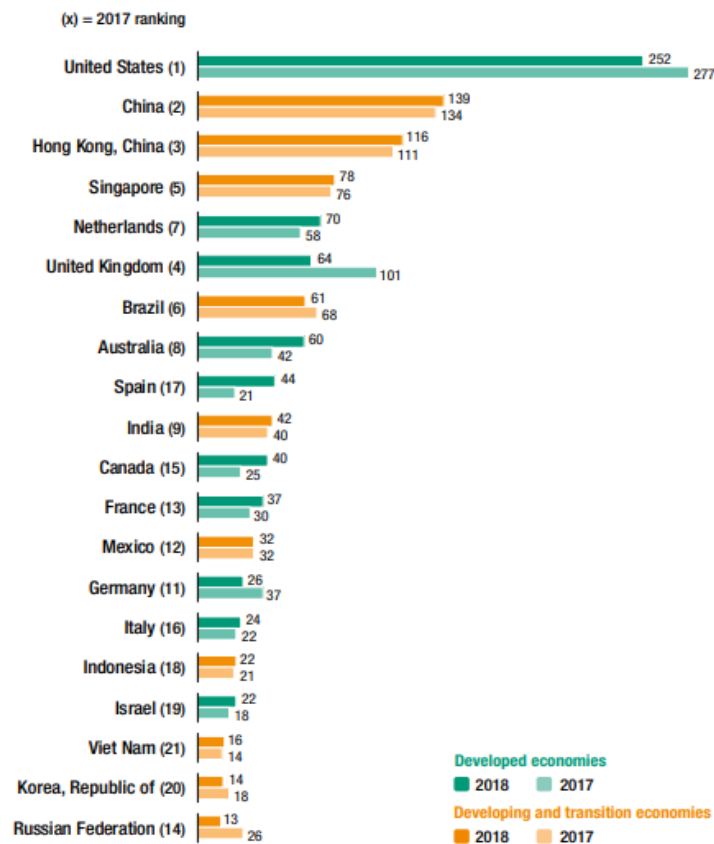
A terceira onda da Divisão Internacional do Trabalho aconteceu a partir do aumento das empresas transnacionais e do fluxo de Investimentos Diretos Estrangeiros (IDEs), assim, países cujas empresas exportadoras têm maior capacidade de inovação, têm mais vantagens frente à concorrência e conseqüentemente atraem mais investimentos. Nesse cenário é interessante perceber a posição do Brasil no ranking de economias receptoras de IDEs. Desde 2011 o país está entre as 10 economias que mais recebem investimento no mundo, chegando em 2012 a ser a quarta maior receptora de IDE, conforme mostra a figura 3.

**Figura 3 - Top 20 economias receptoras de IDE em 2012**



Fonte: UNCTAD (2013)

**Figura 4 - Top 20 economias receptoras de IDE em 2017 e 2018**



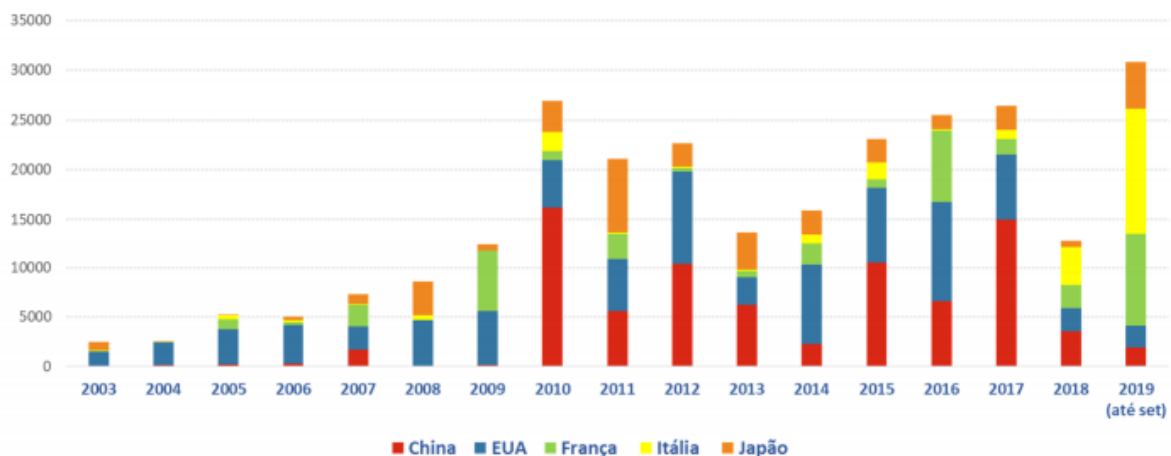
Fonte: UNCTAD (2019)

No entanto, nos últimos anos percebe-se uma redução no potencial de atração de investimentos do país se comparado aos demais países do ranking (figura 4). Enquanto o grau de investimentos aumentou nos países líderes (Estados Unidos, China e o território autônomo de Hong Kong), o montante recebido pelo Brasil em 2018 caiu em comparação com 2012. Entre os possíveis motivos para essa reversão, podem ser elencados: deficiências na infraestrutura econômica brasileira para captação de IDE; entraves da legislação brasileira; carga tributária complexa e excessiva; estrutura de incentivos de política industrial com orientação equivocada, desequilíbrios macroeconômicos e crises políticas enfrentadas pelo país no período recente. (IPEA, 2018) Na última década, devido ao período de recessão econômica e ineficácia das políticas econômicas que acabaram levando ao aumento dos gastos públicos, a indústria brasileira perdeu certa credibilidade no cenário internacional, diminuindo seu potencial como receptor de investimentos.

Segundo o IPEA, o potencial de investimento diminuiu especialmente em projetos *greenfield*, ou seja, investimentos em empresas que ainda estão em estágio inicial, que envolvem a construção de plantas industriais novas ou a expansão/modernização das plantas

existentes para ampliação de sua capacidade produtiva. Desde 2003, apenas 14% do montante total de investimentos feitos pelos cinco principais países investidores no Brasil: Estados Unidos, China, Japão, França e Itália (conforme gráfico 14) foram voltados para novas unidades produtivas.

**Gráfico 14 - IED confirmado no Brasil por país de origem (em US\$ milhões)**



Fonte: SE - CAMEX / Ministério da Economia (2019)

A maior parte dos Investimentos Diretos Estrangeiros recebidos pelo Brasil se concentra em projetos *brownfield*, ou seja, projetos já existentes, o que faz com que os investimentos se concentrem em atender o mercado consumidor final do país, sem contribuir para o avanço em tecnologia, inovação e desenvolvimento das indústrias intermediárias. Segundo o Ministério do Planejamento, os IDEs advindos da China estão concentrados em apenas três áreas: óleo, energia e gás e mineração. Dessa forma, sem incentivos a modernização e inovação do processo produtivo, as empresas brasileiras enfraquecem em termos de produtividade e competitividade, o que afeta sua capacidade de internacionalização.

Internacionalizar as empresas brasileiras é um passo crucial para obtenção de acesso a novos mercados, maior tecnologia, inovação e capital que podem contribuir para o aumento do dinamismo da economia. Porém, processo de internacionalização de empresas brasileiras ainda é pouco avançado, se comparado a outros países.

Para exportar, especialmente para mercados mais avançados, as empresas precisam se adaptar a seus padrões técnicos e de concorrência. Logo, o modo de inserção primária do Brasil na economia internacional limita o papel do comércio como fator modernizador das empresas nacionais, visto que não há entrada de tecnologia e inovação para as indústrias. E

ainda, pouquíssimas firmas brasileiras exportam devido às dificuldades oriundas dos altos custos para exportar e da logística precária do país, o que faz com que apenas as empresas de grande porte consigam ultrapassar tais barreiras e concluir o processo de exportação.

Segundo o IPEA, ter empresas internacionalizadas é condição para o fortalecimento da competitividade e da produtividade no Brasil. Ter empresas grandes, global players, implica acesso a capital, experiência, cultura, tecnologia e mercados. Uma economia com empresas internacionalizadas torna-se mais competitiva e com maiores chances de se proteger dos efeitos da volatilidade dos mercados internacionais. (IPEA, 2018)

### 4.3. Principais parceiros comerciais do Brasil

Como apontado no tópico 4.1., o Brasil possui um vasto de leque de parceiros comerciais, sendo, na América Latina, um dos países com maior número de vínculos econômicos. Atualmente, a China é a maior parceira comercial do Brasil, seguida por Estados Unidos, Argentina, Alemanha e Países Baixos. A tabela 2 mostra a balança comercial do Brasil em relação a seus principais parceiros, X representa as exportações e M as importações.

**Tabela 2 - Balança comercial dos principais parceiros do Brasil, 2008 e 2017**

Em US\$ bilhões

País	2008			2017			VARIACÃO %	
	X	M	SALDO	X	M	SALDO	X	M
China	16,5	20,0	-3,5	47,5	27,3	20,2	187,5	36,3
Estados Unidos	27,4	25,6	1,8	26,9	24,8	2,0	-2,0	-3,0
Argentina	17,6	13,3	4,3	17,6	9,4	8,2	0,1	-28,8
Alemanha	8,8	12,0	-3,2	4,9	9,2	-4,3	-44,5	-23,3
Países Baixos (Holanda)	10,5	1,5	9,0	9,3	1,9	7,4	-11,7	28,6
Japão	6,1	6,8	-0,7	5,3	3,8	1,5	-13,9	-44,7
México	4,3	3,1	1,2	4,5	4,2	0,3	5,5	35,6
Chile	4,8	4,0	0,8	5,0	3,5	1,6	5,0	-12,6
Coreia do Sul	3,1	5,4	-2,3	3,1	5,2	-2,2	-1,8	-3,2
Índia	1,1	3,6	-2,5	4,7	2,9	1,7	322,7	-17,2

Fonte: MDIC (2018)

A proximidade Brasil-China é recente e foi intensificada a partir do *boom* de *commodities* na primeira década deste século e apesar das oscilações no mercado, o país ainda é o maior receptor das exportações e maior originário das importações brasileiras. Assim como a China, a relação com a Índia também saiu de um déficit em 2007 para superávit em 2017, devido ao expressivo aumento nas exportações. Os únicos países que apresentaram

déficit na balança comercial em 2017 foram Alemanha e Coréia do Sul, que naturalmente são países de onde o Brasil importa mais do que exporta, visto que produzem bens de maior valor agregado. Atualmente o Brasil importa da Alemanha majoritariamente materiais e aparelhos elétricos e produtos da indústria química, e da Coréia do Sul importa materiais de transporte e materiais e aparelhos elétricos.

Grande parte da produção brasileira é voltada ao abastecimento de países ricos ou vizinhos, com destaque para Estados Unidos, China, Japão, Países Baixos e Argentina. Os países de onde se originam a maior parte das importações brasileiras são China, Estados Unidos, Argentina, Alemanha e Coréia do Sul, também países cuja produção é mais rica em tecnologia. Em 2018 apenas estes cinco países representaram 51% do total de importações feitas pelo Brasil.

De forma geral o Brasil possui escassos acordos bilaterais de comércio. A grande maioria de suas parcerias advém dos acordos do MERCOSUL e com países Andinos, ou seja, os acordos preferenciais do Brasil estão concentrados na América Latina, o que evidencia o protecionismo comercial brasileiro. Nos últimos anos o MERCOSUL vem negociando acordos com a União Européia (fechado em junho/2019), Canadá, Cingapura e outros países. Segundo o Senado (2019), o acordo entre MERCOSUL e UE poderá reduzir as tarifas de importação, facilitando o acesso a novos mercados, impulsionando o comércio e a produtividade.

O papel do Brasil como parceiro comercial regional é muito mais acentuado com países fronteiriços e com parceiros do MERCOSUL (Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia (Estado Associado)). No que tange o restante da América Latina, as relações são mais fragilizadas devido à fragmentação dos acordos comerciais, que partem de diferentes blocos de comércio existentes no território, cada qual com suas regras e coberturas regionais distintas.

Analisaremos a seguir a relação do Brasil com cinco países: Estados Unidos, China, Alemanha, Argentina e África do Sul. Os países foram selecionados levando em conta localização geográfica, proximidade comercial e estágio de desenvolvimento, para que o grau de abertura comercial e integração com diferentes países possam ser medidos amplamente.

#### **4.3.1. Brasil e Estados Unidos**

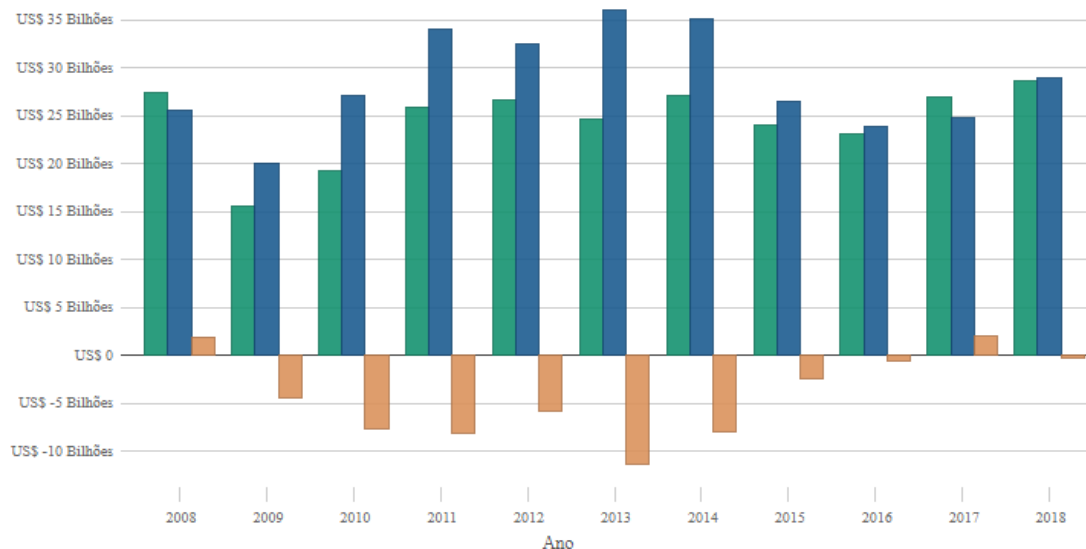
A relação Brasil - Estados Unidos é de longa data e foi marcada, ao longo do tempo, por períodos de maior e menor aproximação, a depender do governo vigente, agenda política

e cenário internacional. A partir do início do século XXI até os dias atuais, a relação dos dois países está em um período de boas relações, mantendo o bom diálogo e o fluxo comercial.

Se comparado ao final dos anos 90, a aproximação entre Brasil e Estados Unidos diminuiu de intensidade na primeira década deste século, fato que pode ser atrelado à ascensão da China como potência mundial, ao aumento da demanda de *commodities* na Ásia e à política externa brasileira no período, voltada ao fortalecimento das relações sul-sul, sem foco central na aproximação com os EUA. A partir de 2011, no entanto, nota-se um esforço na política externa para retomar esta proximidade, porém o fluxo comercial para os Estados Unidos continuou a cair, devido aos mecanismos protecionistas e subsídios adotados pelo país.

O esforço para retomar a proximidade com os Estados Unidos continuou nos últimos anos e hoje, o país é o segundo maior parceiro comercial do Brasil, atrás somente da China, e apesar de alguns déficits consecutivos na balança comercial, a relação permanece estável. No gráfico 15 é possível analisar o montante de importações (azul), exportações (verde) e saldo (rosa) da balança comercial entre Brasil e Estados Unidos.

**Gráfico 15 - Balança comercial Brasil-Estados Unidos entre 2008-2018**



Fonte: MDIC (2019)

No ano de 2018, as exportações brasileiras para os EUA representaram 12% do total, um avanço pequeno frente a 2010, quando representava 9,6% do total, mas uma queda em relação a 2002, quando representava 25,4% do total. Hoje, as exportações se concentram,

principalmente, na venda de óleos brutos de petróleo, produtos manufaturados de ferro ou aço e aviões, sendo os EUA os principais compradores dos manufaturados brasileiros. O mesmo aconteceu no campo das importações, em 2000, a participação americana nas importações brasileiras era de 23,1% do total, caindo para 14,9% em 2010, e voltando a crescer para 16% do total importado em 2018. Hoje, o Brasil importa principalmente óleos combustíveis, gasolina, medicamentos e hulhas, ou seja, cerca de 90% dos produtos saídos dos Estados Unidos para o Brasil são manufaturados.

No campo dos investimentos externos, os Estados Unidos também tem papel relevante. Em 2010, o IDE proveniente dos Estados Unidos representava 11,7% do total recebido pelo país, subindo para 20,3% em 2012 e voltando a 15,3% em 2014. Logo, na última década há um cenário de crescimento e retração dos investimentos dos EUA no Brasil, porém, em uma comparação longa é possível notar crescimento, entre 2008-2017 os IDEs voltados para o Brasil cresceram 55% e hoje, juntamente com a China, é o país que mais investe no Brasil.

Tanto a estabilidade comercial como o aumento do IDE americano no Brasil mostram o esforço em retomar a proximidade com os Estados Unidos. Porém, apesar disso, o Brasil não mostra mais a mesma dependência aos Estados Unidos que acontecia no século passado. Tal cenário é fruto de novas políticas econômicas mais voltadas ao universalismo e a autonomia brasileira. Assim, as relações com os EUA permanecem estratégicas no que tange a busca por investimentos e parcerias comerciais que impulsionam desenvolvimento brasileiro, especialmente no campo industrial, militar e de comércio exterior, e é fundamental para a política externa brasileira entender a dinâmica econômica e comercial dos Estados Unidos de forma a se inserir estrategicamente nas cadeias globais de valor.

#### **4.3.2. Brasil e China**

O estreitamento de laços entre Brasil e China é recente e fruto da ascensão do país como potência mundial, o que levou ao aumento da sua demanda por *commodities*, passando a importar montantes mais altos do Brasil. Da mesma forma, a política econômica adotada durante a primeira década do século XXI também contribuiu para essa aproximação, focando no universalismo e multilateralismo, buscando fomentar a cooperação sul-sul com novos parceiros estratégicos, e nesse cenário a China representava o parceiro comercial ideal.

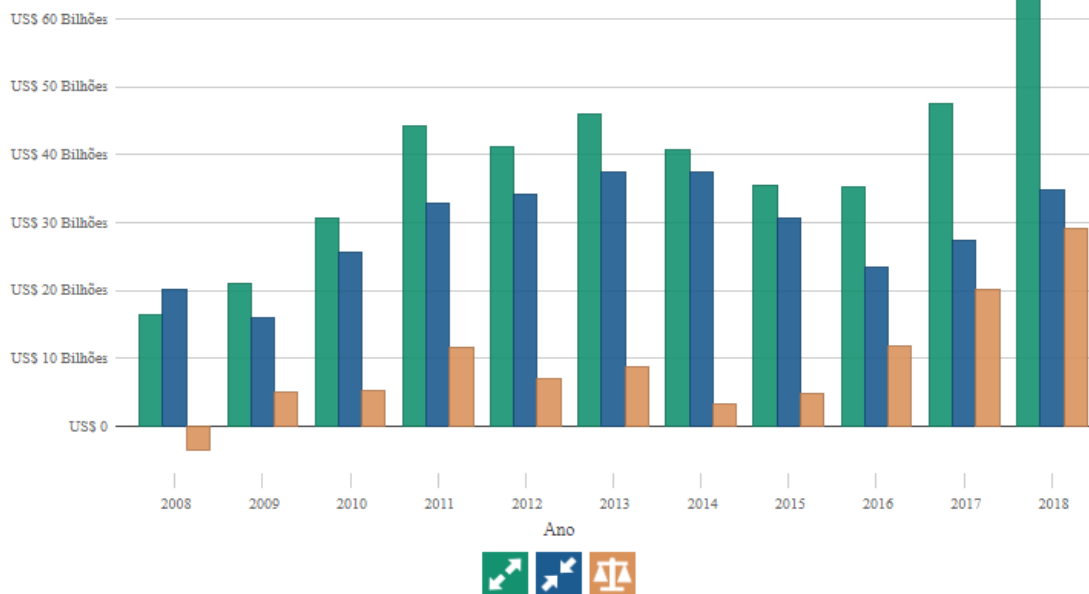
Brasil e China são duas das principais economias em desenvolvimento no mundo, e possuem entre si muitas semelhanças. Tanto em termos populacionais e territoriais quanto em



termos de desigualdades sócio-econômicas, ambos os países sofrem com assimetrias sociais e baixo índice de distribuição de renda. Para além dos problemas, são dois países com grandes oportunidades de desenvolvimento econômico.

A partir da aproximação sino-brasileira a partir dos anos 2000, a China passou de sexta maior compradora brasileira, para segunda maior já em 2003. Em 2018, a China representou 26,7% do total das exportações brasileiras. A maior demanda chinesa é por *commodities*, e hoje, quase 90% da exportação brasileira para a China é composta de produtos básicos, em especial soja, minério de ferro, petróleo, celulose e carne bovina. Fatores externos como a guerra comercial com os Estados Unidos e internos como a epidemia de peste suína foram fatores de crescimento acelerado das exportações brasileiras de *commodities* (em especial carne), para a China entre 2017 e 2018.

**Gráfico 16 - Balança comercial Brasil-China entre 2008 e 2018**



Fonte: MDIC (2019)

No campo das importações, o papel da China também cresceu, e representa hoje 19,2% do total. A mais de uma década, mais de 90% das importações brasileiras da China são de manufaturados, produtos de maior tecnologia. Desde 2012, a China é a maior fornecedora de produtos importados pelo Brasil

Em termos de acordos e parcerias, a proximidade entre os dois países vai além do campo econômico. Brasil e China possuem acordos nas áreas do comércio, política, agricultura, saúde, transporte, cultura, entre outros. Além dos acordos bilaterais, ainda há os

estipulados dentro do BRICS, agrupamento formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul cujo objetivo é traçar mecanismos de cooperação que potencializam o desenvolvimento econômico desses países.

A China está também no topo dos países que mais fazem investimentos no Brasil. Entre 2003 e 2017 a China investiu em 97 projetos, sendo 68% dos investimentos concentrados em quatro setores: extração de petróleo e gás, energia elétrica, extração de minerais metálicos e metalurgia, além de ter participação importante nos setores financeiro, de serviços e de inovação. Importantes bancos chineses atuam no Brasil, e desde 2014, o Banco do Brasil possui sede em Xangai, porém os investimentos brasileiros em território chinês ainda são limitados, visto as dificuldades advindas da legislação local.

Nota-se que as trocas comerciais do Brasil com a China, muito se assemelham às que o Brasil mantém com o Japão e a União Européia, ou seja, venda de produtos básicos e compra de manufaturados, e a intensificação das relações sino-brasileiras agrava este quadro. A forte demanda chinesa por produtos de baixo valor agregado nos últimos anos reforçou a reprimarização da produção brasileira, levando o país a investir cada vez mais na produção pouco especializada, deixando de direcionar tecnologia e capital para a potencialização do campo industrial de manufaturados. Apesar das similaridades entre a economia chinesa e a brasileira, a China investiu na diversificação de sua estrutura produtiva, a exemplo dos demais países desenvolvidos, e se tornou um campo atrativo a investimentos externos, enquanto o Brasil manteve sua vantagem comparativa em apenas uma especialidade.

Em suma, percebe-se hoje, que a China é uma parceria extremamente valiosa para o Brasil, especialmente no campo de investimentos e trocas comerciais. Mas a qualidade das relações bilaterais pode ser avançada através da maior diversificação dos investimentos chineses, da priorização em projetos *greenfield* e de investimentos intensivos em tecnologia e inovação, da redução de barreiras às exportações brasileiras e da maior diversificação destas exportações por parte do Brasil.

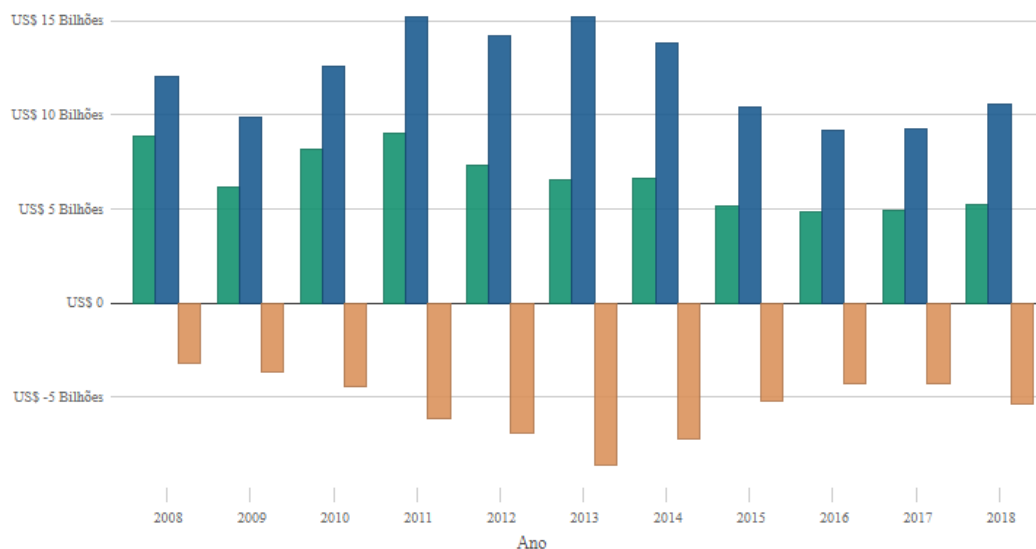
#### **4.3.3. Brasil e Alemanha**

O Brasil é o maior parceiro da Alemanha no território latino americano. Os laços comerciais vêm sendo fortificados desde o fim da segunda guerra mundial, e hoje há uma “parceria estratégica” entre os dois países. A Alemanha é a quarta principal parceira comercial global do Brasil e a maior dentro da União Européia.

A pauta das exportações brasileiras para a Alemanha consiste majoritariamente em: minérios; café; farelo de soja; minérios de cobre; motores para veículos automóveis e suas partes. A pauta de importações concentra-se em: medicamentos; partes e peças para veículos; compostos heterocíclicos; automóveis de passageiros, cloreto de potássio; produtos químicos orgânicos; produtos farmacêuticos e equipamentos elétricos. Segundo o Ministério das Relações exteriores, em 2018 as exportações para a Alemanha representaram 2,18% do total exportado pelo Brasil, sendo a sexta principal compradora brasileira e teve participação de 5,83% do total importado, sendo o quarto principal país de onde o Brasil mais importa.

Nos últimos anos a pauta de exportações para a Alemanha vem mudando, o montante de produtos básicos vem diminuindo enquanto os manufaturados aumentam. Em 2010 o Brasil exportou 57,6% de produtos básicos e 37,8% de manufaturados, enquanto em 2018 tais valores mudaram para 44,5% e 45,9% respectivamente. No que tange às importações, há mais de 10 anos, mais de 90% da pauta de importações é composta de produtos manufaturados. Como ocorre com os Estados Unidos, o Brasil importa mais do que exporta para a Alemanha, levando a um contínuo saldo negativo na balança comercial. Nos últimos anos, a Alemanha vem sendo o país com o qual o Brasil mantém o maior déficit comercial.

**Gráfico 17 - Balança comercial Brasil-Alemanha entre 2008 e 2018**



Fonte: MDIC (2019)

A Alemanha também é uma tradicional investidora no Brasil. O país vem destinando recursos ao Brasil desde o século XX, ajudando no desenvolvimento industrial nacional e

soma, hoje, 1600 empresas alemãs em território brasileiro. A participação da Alemanha no IDE total recebido pelo Brasil subiu de 1% em 2010 para 2,76% em 2016.

Em 2015, os dois países inauguraram o mecanismo de Consultas Intergovernamentais de Alto Nível, uma iniciativa que a Alemanha mantém com poucos países fora da União Européia (apenas China, Israel, Índia e Rússia). Além disso, as negociações de acordo entre o MERCOSUL e a União Européia (fechado em junho/2019), representam uma possibilidade de aproximação maior entre o Brasil e a Alemanha, tornando o comércio mais aberto e facilitado.

No entanto, a diminuição constante, nos últimos anos, das exportações brasileiras para a Alemanha, em paralelo ao aumento das importações evidencia a falta de dinamismo da economia brasileira. O país vem encontrando menor demanda de produtos básicos nos mercados externos desenvolvidos e necessita cada vez mais da importação de bens de alto valor agregado desses países. Apesar de ser o maior parceiro alemão na América Latina, ao analisarmos o comércio exterior da Alemanha, vemos que o Brasil não tem grande peso na economia, possuindo apenas 0,9% (2015) de participação nas importações totais e 0,8% (2015) das exportações totais realizadas pelo país.

#### **4.3.4. Brasil e Argentina**

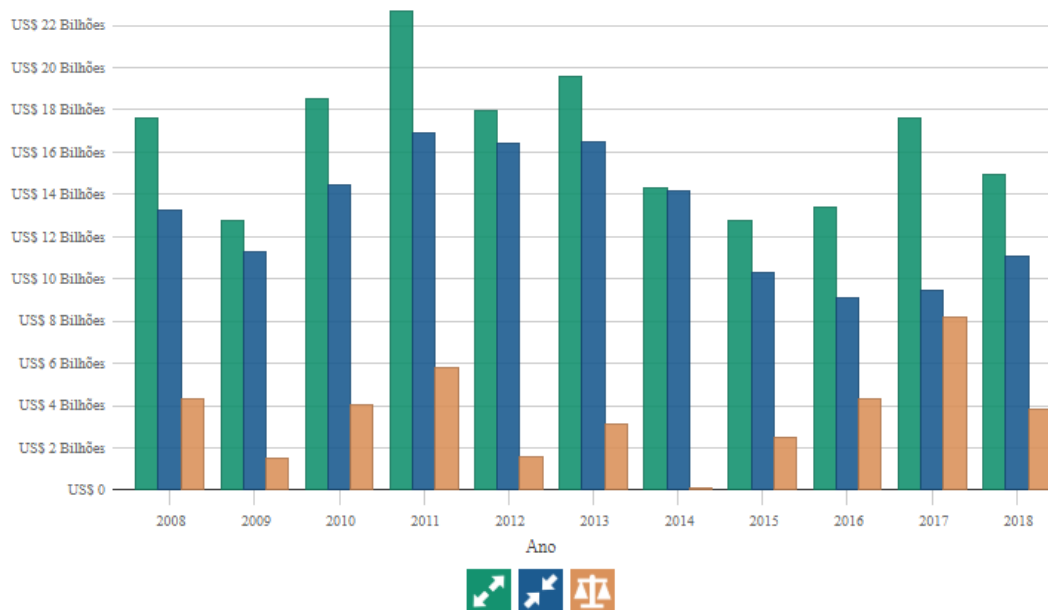
Brasil e Argentina são os dois maiores países da América do Sul, somando juntos dois terços do território, população e PIB total da região. A Argentina é um dos principais parceiros econômicos e políticos do Brasil e, historicamente, a relação entre os dois países sempre foi essencial para a garantia regional da paz e cooperação.

A aproximação entre os dois países esteve na base da criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), que hoje é a maior iniciativa de integração regional da América Latina. A partir da criação desta união aduaneira em 1991, o fluxo comercial da região aumentou consideravelmente. No entanto, nota-se, na última década, uma diminuição das exportações brasileiras para a Argentina, devido a barreiras protecionistas adotadas pelo país, o que dificulta a entrada de produtos brasileiros e vai contra a premissa principal do MERCOSUL de livre comércio entre os países membros.

A partir de 2011, com a imposição de barreiras comerciais, a Argentina deixou de ser um forte contribuinte para o superávit brasileiro, visto que as exportações diminuíram, mas o nível de importações feitas do país continuou em um nível constante até 2014, ano em que o Brasil entrou em recessão econômica. Apesar dos recuos das exportações e da baixa no

superávit da balança comercial, o saldo continua positivo em todos os anos e, segundo o Ministério das Relações Exteriores, a Argentina é hoje o terceiro principal destino das exportações brasileiras, com participação de 6,23% do total, e o terceiro principal país de onde o Brasil importa, representando 6,1% do total.

**Gráfico 18 - Balança comercial Brasil-Argentina entre 2008 e 2018**



Fonte: MDIC (2019)

A dinâmica comercial bilateral entre Brasil e Argentina é marcada tanto pela exportação quanto pela importação de bens de maior valor agregado. Os bens manufaturados compuseram, em 2018, 90,5% do total exportado para a Argentina, enquanto os produtos básicos somaram apenas 6,6%. O mesmo ocorre com a pauta de importados pelo Brasil, que em 2018, foi composta por 77,3% de manufaturados e apenas 19,4% de produtos básicos.

Os principais produtos exportados para a Argentina são materiais de transporte (automóveis de passageiros, automóveis para transporte de mercadorias, partes de acessórios de veículos e tratores). Os materiais de transporte também lideram a pauta de produtos importados pelo Brasil, em especial automóveis para transporte de mercadorias e automóveis de passageiros, seguidos pela importação de trigo argentino.

O aumento do comércio bilateral em 2017 mostra o esforço recente em diminuir as barreiras de comércio, ampliar investimentos e facilitar as trocas comerciais. No entanto, se analisarmos a parceria pelo lado da Argentina, percebe-se que a relação com o Brasil não é suficiente para supri-la economicamente, dado os constantes déficits na sua balança comercial

em relação ao Brasil. Tal fato faz com que a Argentina busque maior proximidade com outras economias, cuja produção é mais dinâmica e, nos últimos anos, tem encontrado este dinamismo na China. Assim, a China vem se inserindo na América Latina de forma mais estratégica e ampla, o que dificulta e atrasa as iniciativas de integração regional, podendo acabar sendo um fator de esfriamento das relações entre Brasil e Argentina.

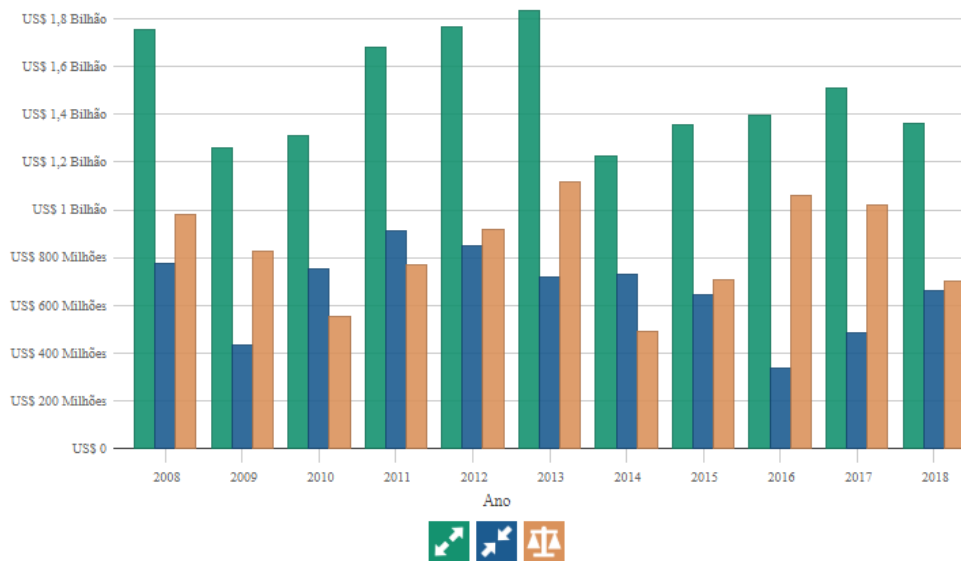
Em suma, percebe-se que a parceria entre Brasil-Argentina é estratégica, especialmente em termos de manter a cooperação e a proximidade regional, que é muito influenciada pelas decisões destes dois países, cujo peso é significativo na região. Porém, para que o Brasil aprofunde as vantagens dessa parceria, é interessante que sua economia se torne mais dinâmica, de forma que ele consiga não só se inserir melhor na economia internacional, mas também suprir as necessidades econômicas dos parceiros regionais, ajudando a fomentar o desenvolvimento da América Latina.

#### **4.3.5. Brasil e África do Sul**

As relações entre Brasil e África do Sul são históricas e datam desde os tempos coloniais, mas eram pautadas, no entanto, em interesses mais políticos do que econômicos. As relações comerciais entre os dois países começaram a se intensificar no século XX, quando 90% do comércio brasileiro com o continente africano se concentrava na África do Sul. Desde então os dois países passaram por fases de afastamentos e aproximações a depender da pauta de política externa de cada governo vigente.

Apesar de serem economias semelhantes, ambos os países possuem estruturas sociais e culturais distintas, o que torna suas relações bilaterais mais complexas. A partir do século XXI, o foco no fomento das relações sul-sul aproximou o Brasil da África do Sul, e o desenvolvimento do MERCOSUL levou as duas regiões a fecharem acordos comerciais que estimularam o comércio. Em 2011, a África do Sul juntou-se oficialmente ao BRICS, o que estimulou a parceria comercial e os projetos de cooperação para o desenvolvimento conjunto, evitando o distanciamento entre os países durante o período de recessão econômica brasileira.

Apesar de não estar entre os maiores parceiros comerciais do Brasil, a África do Sul ainda é destino de uma quantia significativa de exportações brasileiras, chegando a ultrapassar em 2013 o valor de US\$1,8 bilhão de dólares. Tais exportações são compostas principalmente por carne de frango, tratores e óleos brutos de petróleo. No campo das importações, menos de 1% são advindas da África do Sul, sendo principalmente hulhas, paládio, alumínio bruto e inseticidas, formicidas e herbicidas.

**Gráfico 19 - Balança comercial Brasil-África do Sul entre 2008 e 2018**

Fonte: MDIC (2019)

Nos últimos anos, as relações entre os dois países se mantêm estável, com um superávit constante na balança comercial. No campo dos investimentos também é possível notar diversos projetos de cooperação, não só no âmbito econômico e comercial, mas nas áreas sociais, de educação, agricultura, saúde, meio ambiente, etc.. Existem diversas empresas africanas em território brasileiro e vice versa, o que mostra o interesse de ambos os países em manter a cooperação sul-sul e a parceria com outros países emergentes.

Para além do cenário econômico, a aproximação entre Brasil e África do Sul é estratégica também no âmbito político, pois sua localização geopolítica concede ao BRICS um caráter mais global, de maior expansão e concretização da cooperação sul-sul. Além disso, os desafios semelhantes que ambos os países têm nos campos sociais, políticos, econômicos e infraestruturais favorecem a cooperação e oferecem oportunidades otimistas de desenvolvimento mútuo.

Em suma, após a análise das relações brasileiras com as cinco economias selecionadas, é possível perceber as distintas formas de inserção econômica do Brasil com cada um deles. As relações com países desenvolvidos, como Estados Unidos e Alemanha são mais fortes no campo das importações, visto que o Brasil não encontra muita abertura para sua exportação devido ao baixo dinamismo de sua produção que não atende as demandas de países centrais, mais capacitados em termos de tecnologia e inovação.

Por outro lado, quando se analisa a relação com outros países em desenvolvimento, percebem-se mais acordos de cooperação e maior abertura para inserção da economia

brasileira no momento atual. A Argentina é um parceiro regional forte, com potencial de crescimento, mas quando analisada em comparação com a inserção chinesa na região percebe-se, novamente, a necessidade de dinamização da economia brasileira, para que os vínculos comerciais regionais, que entre alguns países latino-americanos já são fragilizados, não se enfraqueça ainda mais.

Por fim, a China representa um modelo econômico a ser seguido pelo Brasil, ou seja, um país emergente que investiu na dinamização e na competitividade interna, de forma a buscar a cooperação sul-sul e o desenvolvimento mútuo com países emergentes ao mesmo tempo em que se insere estrategicamente na economia global, aproveitando os mercados desenvolvidos e seus investimentos para o crescimento interno. Conclui-se, portanto, que tanto no âmbito regional, quanto com os demais países do mundo, há espaço para o Brasil fortalecer o grau de integração comercial, bem como intensificar os fluxos e relações comerciais existentes, a fim de ampliar sua importância nas redes de comércio.



## 5. CONCLUSÃO

Desde os anos 90, a postura brasileira em relação à economia mundial passou por períodos de maior e menor inserção internacional a depender dos objetivos de cada governo vigente e do panorama econômico e político externo. A compreensão de como o Brasil insere-se na economia internacional hoje, se realmente de forma estratégica e aproveitando seu potencial completo ou de forma periférica e superficial, permite que se possa ajustar as estratégias de forma a otimizar essa inserção. Ademais, é de suma importância compreender o papel do Brasil no mundo enquanto economia emergente, quais são as oportunidades e desafios do país no cenário internacional atual e como nós, enquanto sociedade brasileira, podemos auxiliar na potencialização deste papel.

De forma geral, o presente trabalho objetivou compreender o grau de abertura comercial da economia brasileira no período de 2010-2018. Após a revisão bibliográfica dos conceitos e temas relevantes a pesquisa, analisou-se o comportamento interno da economia brasileira, as políticas econômicas implantadas, as diretrizes do governo vigente e demais influências internas, bem como o comportamento da economia internacional período, de forma a compreender a intensidade das influências externas e internas e o que dirigiu o comportamento da economia brasileira entre 2010 e 2018. Também foram expostas as características das exportações e importações brasileiras, cuja composição determina diretamente o modelo de inserção internacional, se mais central ou mais periférica.

Ademais foi realizada uma análise do grau de abertura comercial e integração econômica brasileira em comparação às demais regiões e países do mundo, desenvolvidos e emergentes, de forma a entender o modelo de inserção comercial do Brasil e se este segue o padrão mundial ou não. Ademais, analisou-se o fluxo de investimentos externos realizados no Brasil e o comportamento das empresas exportadoras nacionais, buscando compreender se o país é atrativo para investimentos e se, nacionalmente, possui a capacidade necessária para desenvolver suas firmas exportadoras. Por fim, discorreu-se acerca das relações comerciais entre o Brasil e cinco parceiros comerciais distintos, alguns desenvolvidos, outros emergentes e com proximidade comercial variada ao longo dos anos. Com esta última análise busca-se explicar as diferenças de integração econômica e intensidade comercial com cada país, evidenciando as oportunidades e desafios para com cada um.

A partir dos tópicos analisados, conclui-se que, apesar dos esforços de abertura comercial a partir dos anos 90, o Brasil ainda é uma economia bastante fechada em relação ao resto do mundo, tanto em comparação com economias desenvolvidas quanto com outras

economias emergentes. No que tange o comportamento da economia brasileira nos últimos anos, a partir de 2010 o Brasil investiu em políticas econômicas anticíclicas, para impedir os efeitos da crise de 2008 no país. Os objetivos gerais dos conjuntos de políticas eram atrair maiores investimentos para o país através do aumento da oferta de créditos, diminuição de juros, desvalorização da moeda e aumento das tarifas de importação. Além de a economia internacional estar em um período de baixa demanda e fracos investimentos, as políticas econômicas implantadas internamente não surtiram os efeitos esperados, não houve aumento da competitividade do país e a produtividade nacional acabou por ficar reduzida, resultando na perda do grau de investimento no país e dificultando ainda mais a abertura econômica.

Além do mais, a estrutura produtiva do país é ainda pouco dinâmica, logo, sua inserção internacional se dá de forma periférica. Este baixo dinamismo da estrutura produtiva levou, nos últimos anos, a um processo de reprimarização da indústria brasileira, evidente ao analisar a pauta exportadora fortemente baseada em produtos intensivos em mão de obra e recursos naturais e baixos em tecnologia e capital. O baixo dinamismo produtivo torna a economia brasileira menos competitiva e mais vulnerável ao cenário internacional, visto que o comércio mundial está cada vez mais concentrado em produtos de maior intensidade tecnológica, dificultando assim a inserção econômica brasileira em mercados mais desenvolvidos.

Apesar de o Brasil estar bem posicionado entre as economias que mais recebem Investimento Externo Direto no mundo, nos últimos anos percebe-se uma redução do potencial atrativo do Brasil, devido à baixa infraestrutura do país para receber tais investimentos, pelos entraves e barreiras legislativas e tributárias e pela instabilidade política dos últimos anos. O país possui altos impostos de importação e barreiras não-tarifárias que dificultam e encarecem a entrada de produtos estrangeiros, especialmente aqueles necessários à indústria para o aumento da produtividade e competitividade interna. Além das barreiras, a entrada de investimentos diretos estrangeiros se restringe ao abastecimento do consumidor final, sem destinar capital e recursos para os processos industriais intermediários que poderiam alavancar a dinamização e produtividade da economia.

A falta de estímulo às indústrias faz com que estas percam produtividade e conseqüentemente tenham menos chance de internacionalização visto que não conseguem se adaptar às demandas externas de competitividade nem ultrapassar as barreiras burocráticas e tributárias brasileiras. A falta de empresas internacionalizadas barra o avanço da competitividade e produtividade brasileira, pois limita o acesso a novos mercados, novas tecnologias, maior capital e maiores investimentos.

Por fim, nota-se que o Brasil, apesar de possuir um leque amplo e variado de parceiros comerciais e transacionar com diferentes países ao redor do mundo, ainda é muito fechado, pois mantém um baixo fluxo de comércio com seus parceiros. Mesmo as relações comerciais mantidas com seus principais parceiros: China, Estados Unidos e Argentina são superficiais, visto que o Brasil tem pouco peso na economia destes países. Isso se dá devido ao fato de as relações comerciais mantidas atualmente no cenário internacional serem pautadas em um sistema de concorrência imperfeita, com profundas assimetrias entre países desenvolvidos, subdesenvolvidos e emergentes.

As relações entre Brasil e países como Estados Unidos e Alemanha traduzem claramente a visão da Divisão Internacional do Trabalho de centro *versus* periferia, onde a periferia age como abastecedora do centro sem possibilidade de alcançar o desenvolvimento econômico que a permita tornar-se central. Por outro lado, ao analisarmos a atual economia da China, um país emergente e similar ao Brasil, vê-se como a dinamização produtiva e o investimento em tecnologia e inovação permitem um crescimento econômico e inserção internacional mais vantajosos ao país.

A abertura comercial, segundo Ann Harrison (1996) possibilita o acesso a novas tecnologias, mercados e insumos, o que estimula a inovação, promove maior produtividade e conseqüentemente maior competitividade. Dessa forma, dois grandes desafios para a economia brasileira nos próximos anos são dinamizar sua estrutura produtiva para aumentar sua inserção no comércio mundial e retomar o crescimento da produtividade interna, através da atração de investimentos para as indústrias intermediárias. Conforme a visão estruturalista da escola cepalina, o investimento em educação, saúde, bem estar social e pesquisa impulsionam o crescimento econômico, logo, o desenvolvimento precisa ser trazido para os demais âmbitos da sociedade, de forma a fomentar o desenvolvimento conjunto.

Por fim, para além dos tópicos analisados e dados já coletados, torna-se essencial pensar novos modelos econômicos de aumento da dinamização, produtividade e competitividade da economia brasileira. Tanto através da análise comparativa com demais países emergentes como a China e a Coreia do Sul, quanto através de estratégias de atração de maiores investimentos para a indústria que levem ao aumento da produtividade da indústria brasileira, com maior uso de tecnologias e inovações que permitam a produção nacional de bens de maior valor agregado ao mesmo tempo em que torna a inserção internacional brasileira mais vantajosa para o desenvolvimento da economia interna.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADVFN. **PIB - Produto Interno Bruto**. 2019. Disponível em: <<https://br.advfn.com/indicadores/pib>>. Acesso em 25 out 2019.

ALMEIDA JR., M.; LISBOA, M.; PESSÔA, S. “**O Ajuste Inevitável – ou o país que ficou velho antes de se tornar desenvolvido.**” Folha de São Paulo. Julho 2015

ARAÚJO, Bruno Cesar; BACELETTE, Ricardo; NEGRI, João Alberto de (Org.). **Desafios da Nação: Artigos de Apoio**. Brasília: Ipea, 2018. 702p. v.1. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180327\\_desafios\\_da\\_nacao\\_apoio\\_voll.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180327_desafios_da_nacao_apoio_voll.pdf)>. Acesso em: 14 out. 2019.

BALASSIANO, Marcel Grillo. **Desempenho da Economia brasileira entre 1980 e 2015: uma análise da desaceleração brasileira pós 2010**. 2017. 58 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia Empresarial e Finanças, Escola de Pós Graduação em Economia, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <[https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/18091/Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_Marcel%20Grillo%20Balassiano.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/18091/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Marcel%20Grillo%20Balassiano.pdf?sequence=3&isAllowed=y)>. Acesso em 24 out 2019.

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. **A crise econômica de 2014/2017**. Estud. av., São Paulo, v. 31, n. 89, p. 51-60, Apr. 2017. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340142017000100051&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142017000100051&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 25 set 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890006>.

BALDWIN, Richard E.; SEGHEZZA, Elena. **Testing for Trade-Induced Investment-Led Growth**. National Bureau of Economic Research Working Paper Series. v. 5416. DOI 10.3386/w5416. jan. 1996. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w5416>>. Acesso em 29 abr 2019.

BASSETS, Marc. **Uma Nova Primavera nos EUA**. Washington, 2015. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/13/internacional/1426278977\\_656369.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/13/internacional/1426278977_656369.html)>. Acesso em: 15 nov. 2019.

BAUMANN, Renato. Comércio Internacional e Políticas Comerciais no Brasil. In: BAUMANN, Renato. **Economia Internacional**. GEN Atlas, 2014. Ed. 02. Cap. 8.

\_\_\_\_\_, Renato. Teorias de Investimento Internacional. In: BAUMANN, Renato. **Economia Internacional**. GEN Atlas, 2014. Ed. 02. Cap. 10.

\_\_\_\_\_, Renato. Integração regional e desenvolvimento econômico - com referência a Celso Furtado. In: CARVALHO, Fernando J. Cardim de; SABOIA, João et al. **Celso Furtado e o século XXI**. Barueri: Manole, 2007. Cap 16.

BBC. **Reformas econômicas: 9 gráficos que mostram a transformação da China em 40 anos**. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46599555>>. Acesso em: 10 nov 2019.

BEATON, Kimberly; CEBOTARI, Alicia; DING, Xiaodan; KOMAROMI, Andras. **Trade Integration in Latin América: A Network Perspective**. IMF working paper No. 17/148, 30 jun 2017. Disponível em <<https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2017/06/29/Trade-Integration-in-Latin-America-44971>>. Acesso em 25 nov 2019.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. As contribuições de Celso Furtado ao estruturalismo e a sua atualidade. In: CARVALHO, Fernando J. Cardim de; SABOIA, João et al. **Celso Furtado e o século XXI**. Barueri: Manole, 2007. Cap 20.

BLOG DO IBRE. **China e as commodities lideram o aumento das exportações brasileiras em 2018**. 17 jan 2019. Disponível em: <<https://blogdoibre.fgv.br/posts/china-e-commodities-lideram-o-aumento-das-exportacoes-brasileiras-em-2018>>. Acesso em 20 nov 2019.

BNDES - BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO. **A economia brasileira: Conquistas dos últimos dez anos e perspectivas para o futuro**. 2012. Disponível em: <[https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/961/1/A%20economia%20brasileira-conquistas%20dos%20ultimos%20dez%20anos%20\\_P-final\\_BD.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/961/1/A%20economia%20brasileira-conquistas%20dos%20ultimos%20dez%20anos%20_P-final_BD.pdf)>. Acesso em 02 out 2019.

BNDES - BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO. **Relatório Anual**. Brasília: Departamento de Divulgação, 2011. 237 p. Disponível em: <[https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/empresa/RelAnual/ra2011/relatorio\\_anual2011.pdf](https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/RelAnual/ra2011/relatorio_anual2011.pdf)>. Acesso em: 25 nov. 2019.

BORGES, B. “Bad luck or bad policy: uma investigação das causas do fraco crescimento da economia brasileira nos últimos anos”. In.: BONELLI, R.; Veloso, F. (orgs.). **A Crise de Crescimento do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier. 2016.

BRASIL. Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Acordos dos quais o Brasil faz parte**. Brasília, 2020. Disponível em <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/negociacoes-internacionais/796-negociacoes-internacionais-2>> Acesso em 12 jan 2020

\_\_\_\_\_. Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Comex Vis: Países Parceiros**. Brasília, 2020. Disponível em <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-pais?pais=arg>> Acesso em 12 jan 2020

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento. **Sobre o Pac**. Disponível em: <<http://pac.gov.br/sobre-o-pac>>. Acesso em: 11 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. **Estados Unidos da América**. Brasília, 2020. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/ficha-pais/5120-estados-unidos-da-america>> Acesso em: 12 jan 2020

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. **República Argentina**. Brasília, 2020. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/ficha-pais/4785-republica-argentina>> Acesso em: 15 jan 2020

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. **República Federal da Alemanha**. Brasília, 2020. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/ficha-pais/4801-republica-federal-da-alemanha>> Acesso em: 14 jan 2020

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. **República Popular da China**. Brasília, 2020. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/ficha-pais/4926-republica-popular-da-china>> Acesso em: 13 jan 2020

CANUTO, Otaviano; FLEISCHHACKER, Cornelius; and SCHELLEKENS, Philip. “O Curioso Caso Da Falta de Abertura Do Brasil Ao Comércio.” *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, 2015. No. 122, pp. 19–25.

CARVALHO, Eveline Barbosa Silva; FILHO, Guerino Edécio da Silva. **A Teoria do Crescimento Endógeno e o Desenvolvimento Endógeno Regional: Investigação das Convergências em um Cenário Pós-Cepalino**. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza. v. 32. n. Especial. p. 467-482. nov 2001. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/176625/mod\\_resource/content/2/teoria%20novo%20modelo.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/176625/mod_resource/content/2/teoria%20novo%20modelo.pdf)>. Acesso em 25 set 2019

CARVALHO, Leonardo Mello de. **Demanda interna por bens industriais mostra recuperação em junho, com alta de 9,9%**. 2018. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2018/08/16/demanda-interna-por-bens-industriais-mostra-recuperacao-em-junho-com-alta-de-99/>>. Acesso em 15 out 2019

CASSIOLATO, José Eduardo; GUIMARÃES, Vicente; LASTRES, Helena Maria Martins; PEIXOTO, Flávio. Celso Furtado: importância do progresso técnico para o desenvolvimento e suas especificidades e peculiaridades. In: CARVALHO, Fernando J. Cardim de; SABOIA, João et al. **Celso Furtado e o século XXI**. Barueri: Manole, 2007. Cap 9.

CELASUN, Oya; MILESI-FERRETTI, Gian Maria; OBSTFELD, Maurice. **Cinco Gráficos que Explicam a Economia Mundial em 2018**. In: Blog do FMI, 21 dez 2018. Disponível em <<https://www.imf.org/pt/News/Articles/2018/12/20/blog122018-5-charts-that-explain-the-global-economy-in-2018>>. Acesso em 10 dez 2019.

CNI - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Competitividade Brasil 2018-2019: Comparação com países selecionados**. Brasília: CNI, 2019. 116 p. Disponível em: <[https://bucket-gw-cni-static-cms-si.s3.amazonaws.com/media/filer\\_public/e2/9d/e29da7d0-7e5d-4e6c-baa8-60326243f44f/competitividadebrasil\\_2018-2019.pdf](https://bucket-gw-cni-static-cms-si.s3.amazonaws.com/media/filer_public/e2/9d/e29da7d0-7e5d-4e6c-baa8-60326243f44f/competitividadebrasil_2018-2019.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2019.

COLISTETE, Renato Perim. **O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil**. *Estud. av.*, São Paulo, v. 15, n. 41, p. 21-34. apr. 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142001000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 02 set 2019.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000100004>.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA. **Comércio bilateral Brasil-China**. Informativo nº 108. Jan 2019. Disponível em <[http://www.cebc.com.br/arquivos\\_cebc/cebc-alerta/Ed%20108\\_2018\\_edi%C3%A7%C3%A3o.pdf](http://www.cebc.com.br/arquivos_cebc/cebc-alerta/Ed%20108_2018_edi%C3%A7%C3%A3o.pdf)>. Acesso em 20 nov 2019.

COSTA, Guilherme Octávio Moraes. **A Evolução do Comércio entre Brasil e China: Uma análise das relações comerciais bilaterais sino-brasileiras**. 2015. 32 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2015. Disponível em:

<<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/132468/000855880.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

EDWARDS, Sebastian. **Trade orientation, distortions and growth in developing countries**. National Bureau of Economic Research Working Paper Series. v. 3716. DOI 10.3386/w3716. mai. 1991. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w3716>> Acesso em 05 abr 2019.

EPE - EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (Brasil). Ministério de Minas e Energia. **Caracterização do Cenário Econômico para os próximos 10 anos (2015-2024)**. Rio de Janeiro, 2015. 21 p. (Estudos Econômicos). Disponível em: <<http://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-245/topico-264/DEA%2012-15%20NT%20Cenario%20economico%202015-2024vf.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2019.

ERBER, Fabio S. Celso Furtado e as convenções do desenvolvimento In: CARVALHO, Fernando J. Cardim de; SABOIA, João et al. **Celso Furtado e o século XXI**. Barueri: Manole, 2007. Cap 2.

FERRAZ, Lucas; ORNELAS, Emanuel; PESSOA, João Paulo. **Política Comercial Brasileira: Estratégias de Inserção Internacional**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, jul 2018. Disponível em: [http://www.fazenda.gov.br/noticias/2018/outubro/ministerio-da-fazenda-realiza-seminario-sobre-abertura-comercial-no-brasil/relatorio\\_final\\_completo\\_formatado\\_v2-agosto-16-2018.pdf](http://www.fazenda.gov.br/noticias/2018/outubro/ministerio-da-fazenda-realiza-seminario-sobre-abertura-comercial-no-brasil/relatorio_final_completo_formatado_v2-agosto-16-2018.pdf)>. Acesso em 05 dez 2019.

FERREIRA, P. C. e CARDOSO, R. F.. **“Crônicas de Uma Crise Anunciada: A Falência da Economia Brasileira Documentada Mês a Mês”**. São Paulo, Editora FGV, 2016.

FURTADO, Celso. **Introdução ao Desenvolvimento: Enfoque Histórico-Estrutural**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2000. 3 ed.

G1. **Brasil cai para a 27ª posição em ranking de 2018 de maiores exportadores do mundo**. 02 abr 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/04/02/brasil-cai-para-para-27a-posicao-em-ranking-de-2018-de-maiores-exportadores-do-mundo.ghtml>> Acesso em 15 nov 2019.

GERBELLI, Luiz Guilherme. **Indústria do Brasil só é mais competitiva que a da Argentina, diz estudo**. G1, 18 mar 2019. Disponível em <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/03/18/industria-do-brasil-so-e-mais-competitiva-que-a-da-argentina-diz-estudo.ghtml>> Acesso em 02 dez 2019.

HARRISON, Ann. **Openness And Growth: A Time-Series, Cross-Country Analysis For Developing Countries**. National Bureau of Economic Research Working Paper Series. v. 5221. DOI 10.3386/w5221. ago. 1995. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w5221>>. Acesso em 05 abr 2019.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FUSER, Igor. **O Brasil perante a desaceleração da China**. Desafios do Desenvolvimento. São Paulo: IPEA, 2015. Ano 12. Ed. 86. Disponível em:

<[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3237&catid=30&Itemid=41](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3237&catid=30&Itemid=41)>. Acesso em 02 nov 2019

IBRE. **O Brasil ainda é uma economia fechada, e isso não é bom para o desenvolvimento**. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, v. 67, n. 11, p.6-9, 14 nov. 2013. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/viewFile/21267/20016>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES (Goiás). Secretaria de Estado da Economia. **A economia internacional e seus reflexos na economia brasileira**. [s.i.]: [s.i.], 2016. 14 p. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/informes-tecnicos/2016/08-a-economia-internacional-e-seus-reflexos-na-economia-brasileira-201608.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2019

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. **Aceleração das Economias Avançadas e perspectivas para o crescimento global em 2018**. São Paulo, Carta IEDI, ed. 844, 23 abr 2018. Disponível em <[https://www.iedi.org.br/cartas/carta\\_iedi\\_n\\_844.html](https://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_844.html)>. Acesso em 13 out 2019.

\_\_\_\_\_. **Comércio mundial: a marginal expressão brasileira em manufaturados**. São Paulo, Carta IEDI, ed. 763, 09 dez 2016. Disponível em <[https://iedi.org.br/cartas/carta\\_iedi\\_n\\_763.html](https://iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_763.html)>. Acesso em 25 out 2019.

\_\_\_\_\_. **Nova queda do Brasil no ranking dos maiores exportadores e importadores mundiais**. São Paulo, Carta IEDI, ed. 892, 05 dez 2018. Disponível em <[https://iedi.org.br/cartas/carta\\_iedi\\_n\\_892.html](https://iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_892.html)>. Acesso em 25 out 2019.

\_\_\_\_\_. **O Cenário Econômico Mundial**. São Paulo, Carta IEDI, ed. 921, 22 abr 2019. Disponível em <[https://www.iedi.org.br/cartas/carta\\_iedi\\_n\\_921.html](https://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_921.html)>. Acesso em 02 out 2019.

\_\_\_\_\_. **Os Cenários para a Economia Mundial**. São Paulo, Carta IEDI, ed. 885, 26 out 2018. Disponível em <[https://www.iedi.org.br/cartas/carta\\_iedi\\_n\\_885.html](https://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_885.html)>. Acesso em 05 out 2019.

\_\_\_\_\_. **Quão integrados estão os países da América Latina e Caribe no comércio internacional?**. São Paulo, Análise IEDI, 20 dez 2017. Disponível em <[https://iedi.org.br/artigos/top/analise/analise\\_iedi\\_2017\\_comercio\\_exterior.html](https://iedi.org.br/artigos/top/analise/analise_iedi_2017_comercio_exterior.html)>. Acesso em 05 out 2019.

IPEADATA. **Produto Interno Bruto (PIB) real**. 2019. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38414>>. Acesso em 01 nov 2019.



IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **As Relações Bilaterais Brasil - China**. A ascensão da China no sistema mundial e os desafios para o Brasil. 85. ed. Brasília: IPEA, 2011. 17 p. (Comunicados do IPEA). Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110408\\_comunicadoipea85.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110408_comunicadoipea85.pdf)>. Acesso em: 28 nov. 2019.

KATZ, Jorge. Reformas estruturais, ciclos de criação e destruição de capacidade produtiva e o pensamento de Celso Furtado In: CARVALHO, Fernando J. Cardim de; SABOIA, João et al. **Celso Furtado e o século XXI**. Barueri: Manole, 2007. Cap 7.

LEE, Jong-Wha. **Capital goods imports and long run growth**. National Bureau of Economic Research Working Paper Series. v. 4725. DOI 10.3386/w4725. abril. 1994. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w4725>>. Acesso em 05 abr 2019.

LEITE, José Alfredo A. **Macroeconomia, Modelos e Instrumentos de Política Econômica**. 2ª. Edição Revisada e Atualizada. São Paulo Atlas. 2000

LIMA, Daniel. **Mesmo com crescimento fraco, economia global surpreende analistas em 2015**. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-12/mesmo-com-crescimento-fraco-economia-global-surpreende-economistas-em-2015>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

LIMA, Uallace Moreira. **As relações comerciais entre Brasil e Estados Unidos no período 2000-2014**. Brasília, IPEA. jul 2019. Disponível em <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=34916](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34916)> Acesso em 12 jan 2020.

LINS, Paulo. **O PAC valeu a pena?** In: Blog do IBRE, 26 mai 2017. Disponível em <<https://blogdoibre.fgv.br/posts/o-pac-valeu-pena>>. Acesso em 15 out 2019.

MATOS, Silvia. (2016). “A Desaceleração do Crescimento Brasileiro: Causas Externas ou Domésticas?”. In.: BONELLI, Regis; VELOSO, Fernando (orgs.). **A Crise de Crescimento do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2016. ISBN: 978-85-352-6637-5. Cap 1. pp.1-18.

MATTOS, Angelo Raphael. **Uma síntese das Relações Brasil-Estados Unidos**. OPEU, 27 set 2019. Disponível em <<https://www.opec.org.br/2019/09/27/uma-sintese-das-relacoes-brasil-estados-unidos>> Acesso em 12 jan 2020

MDIC. **Estatísticas de Comércio Exterior**. Brasília: Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços, 2019. Disponível em <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior>>. Acesso em 10 dez 2019.

NOGUEIRA, Leilyanne Viana; FERREIRA, Roberto Tatiwa. Os impactos da abertura comercial e do investimento direto sobre o investimento doméstico. **Estud. Econ.**, São Paulo, v. 47, n. 3, p. 531-557. July. 2017. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-41612017000300531&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612017000300531&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 06 abr 2019.

OECD. **What does Brazil import from Alemanha?** 2017. Disponível em: <[https://oec.world/pt/visualize/tree\\_map/hs92/import/bra/deu/show/2017/](https://oec.world/pt/visualize/tree_map/hs92/import/bra/deu/show/2017/)>. Acesso em 14 jan 2020.

\_\_\_\_\_. **What does Brazil import from Argentina?** 2017. Disponível em: [https://oec.world/pt/visualize/tree\\_map/hs92/import/bra/arg/show/2017/](https://oec.world/pt/visualize/tree_map/hs92/import/bra/arg/show/2017/)>. Acesso em 14 jan 2020.

\_\_\_\_\_. **What does Brazil import from Coréia do Sul?** 2017. Disponível em: [https://oec.world/pt/visualize/tree\\_map/hs92/import/bra/kor/show/2017/](https://oec.world/pt/visualize/tree_map/hs92/import/bra/kor/show/2017/)>. Acesso em 14 jan 2020.

OREIRO, José Luis. (2015). **Do Tripé Macroeconômico ao Fracasso da Nova Matriz**. 10.13140/RG.2.1.2445.7122.

PAIVA, Leonardo Carlo Biggi de. **Taxa Selic**. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/economia/taxa-selic/>>. Acesso em: 10 out. 2019.

PAULA, Luiz Fernando de; PIRES, Manoel. **Crise e perspectivas para a economia brasileira**. Estudos Avançados, [s.l.], v. 31, n. 89, p.125-144, abr. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890013>. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v31n89/0103-4014-ea-31-89-0125.pdf>>. Acesso em 15 nov 2019.

PEREIRA, Lia Baker Valls. **China: quais os riscos para o crescimento do Brasil?**. Revista Conjuntura Econômica. v.69, n.09. FGV/IBRE. Setembro 2015. Disponível em: <[https://portalibre.fgv.br/data/files/2F/91/E5/2C/58F175102F52F7555C28C7A8/Lia%20Conjuntura%20Econ\\_mica%202015%2009.pdf](https://portalibre.fgv.br/data/files/2F/91/E5/2C/58F175102F52F7555C28C7A8/Lia%20Conjuntura%20Econ_mica%202015%2009.pdf)> Acesso em 01 nov 2019

PESSÔA, S. “Comentário ao texto “Bad luck or bad policy: uma investigação das causas do fraco crescimento da economia brasileira nos últimos anos” de Bráulio Borges”. In.: Bonelli, E.; Veloso, F. (orgs.). **A Crise de Crescimento do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier. 2016.

POCHMANN, Marcio. **Economia global e a nova divisão internacional do trabalho**. Campinas, São Paulo: IE/Unicamp, 1997. Mimeografado.

PORTER, Michael E. A vantagem competitiva das nações. In: PORTER, Michael E. et al. **Competição: vantagens competitivas essenciais**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. Cap. 6. p. 167-208

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo et al. **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. Cap. 1. p. 69-136.

\_\_\_\_\_, Raúl. Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo et al. **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. Cap. 3. p. 179-216.

RICARDO, David (1817). **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril cultural, 1982 (coleção Os Economistas).

RODRIGUEZ, Octavio. Furtado e a renovação da agenda do desenvolvimento. In: CARVALHO, Fernando J. Cardim de; SABOIA, João et al. **Celso Furtado e o século XXI**. Barueri: Manole, 2007. Cap. 1.

ROSSO, Maria Fernanda Pereira. **Comércio internacional entre o Brasil e a África do Sul nos anos de 2005 a 2015 - Análise do "efeito BRICS"**. 2016. 72 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Departamento de Economia, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <[http://bdm.unb.br/bitstream/10483/15566/1/2016\\_MariaFernandaPereiraRosso\\_tcc.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/15566/1/2016_MariaFernandaPereiraRosso_tcc.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2020.

SABOIA, João. Celso Furtado e os desafios atuais ao desenvolvimento do Brasil. In: CARVALHO, Fernando J. Cardim de; SABOIA, João et al. **Celso Furtado e o século XXI**. Barueri: Manole, 2007. Introdução.

SARAIVA, Renato; SCHERER, Caroline. **AS RELAÇÕES BRASIL-ARGENTINA, O MERCOSUL E A INSERÇÃO DA CHINA NA AMÉRICA DO SUL (2011-2014)**. Conjuntura Global, [s.l.], v. 7, n. 1, p.6-18, 25 maio 2018. Universidade Federal do Paraná. <http://dx.doi.org/10.5380/cg.v7i1.46294>.

SECRETARIA EXECUTIVA DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR. Ministério da Economia. **Boletim de Investimentos Estrangeiros - Países Selecionados**. Brasília: CAMEX 19 jul 2019. No 02. Ano 03 Disponível em <[http://www.economia.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/boletim-de-investimentos-estrangeiros/arquivos/boletim-de-investimentos-estrangeiros-paises-selecionados\\_no-02\\_2019\\_vf.pdf](http://www.economia.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/boletim-de-investimentos-estrangeiros/arquivos/boletim-de-investimentos-estrangeiros-paises-selecionados_no-02_2019_vf.pdf)> Acesso em 23 out 2019

SENADO NOTÍCIAS. **Promulgada Emenda Constitucional do Teto de Gastos Públicos**. 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/15/promulgada-emenda-constitucional-do-teto-de-gastos>>. Acesso em: 20 out. 2019.

SILVA, Gustavo. **O tripé macroeconômico: o que é e de onde vem**. 2019. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/tripe-macroeconomico-o-que-e/>>. Acesso em 15 nov 2019.

SINGER, André. Cutucando Onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista do primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014) **Novos estud. CEBRAP**, São Paulo, n. 102, p. 39-67, July 2015. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002015000200039&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002015000200039&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 01 nov 2019. <http://dx.doi.org/10.25091/s0101-3300201500020004>.

SMITH, Adam (1776). **A riqueza das nações: Investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (coleção Os Economistas)

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.

TREMEA, Nádja Jacqueline Coelho; CONSOLMAGNO, Bruna Maria Rodrigues; MACHOSKI, Eduarda. **Relações comerciais do Brasil e da Argentina no MERCOSUL**. Revista Admpg: Gestão Estratégica, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p.45-51, 2014. Disponível em: <[http://www.admpg.com.br/revista2014\\_1/Artigos/Artigo%205%20%20v.7%20n.1%20on%20line.pdf](http://www.admpg.com.br/revista2014_1/Artigos/Artigo%205%20%20v.7%20n.1%20on%20line.pdf)>. Acesso em: 14 jan. 2020

UNCTAD (Suíça). Nações Unidas. **Global Value Chains: Investment and Trade for development**. Geneva: ONU, 2013. (World Investment Report). Disponível em: <[https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2013overview\\_en.pdf](https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2013overview_en.pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2020.

UNCTAD (Suíça). Nações Unidas. **Special Economic Zones**. Geneva, 2019. (World Investment Report). Disponível em: <[https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2019\\_overview\\_en.pdf](https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2019_overview_en.pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2020.

VIDAL, Gregório. América Latina na cilada da globalização: história e classes dirigentes. In: CARVALHO, Fernando J. Cardim de; SABOIA, João et al. **Celso Furtado e o século XXI**. Barueri: Manole, 2007. Cap 10.

WACZIARG, Romain. **Measuring the dynamic gains from trade**. Policy Research Working Papers. The world bank. n. WPS2201. v. 1. 1998. Disponível em <<http://documents.worldbank.org/curated/pt/376941468782118602/pdf/multi-page.pdf>>. Acesso em 02 set 2019.

WILHER, Vitor. **Eleições e a Retomada do Crescimento**. 2018. Disponível em: <<https://analisemacro.com.br/economia/comentario-de-conjuntura/eleicoes-e-a-retomada-do-crescimento/>>. Acesso em 15 nov 2019.